



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 123

QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 147ª SESSÃO, EM 26 DE SETEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Ofício do Presidente do Banco do Brasil

- Nº 697/90, encaminhando ao Senado Federal o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.

1.2.2 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 170/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que autoriza a conversão de cruzados novos retidos no Banco Central para a aquisição de veículos para uso na atividade de transporte autônomo de passageiros (Táxis).

1.2.3 - Requerimentos

- Nº 345/90, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

- Nº 346/90, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando ao Ministro da Infra-Estrutura, informações que menciona.

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA
- Lançamento dos livros Páginas Esparsas IV e Cegueiras e Cegos Ilustres II, de autoria do Professor Hilton Rocha.

SENADOR JARBAS PASSARINHO
- Comentários sobre conferência proferida por S. Exª na Escola Superior de Guerra, relativamente ao papel do Parlamento.

SENADOR SEVERO GOMES - Necessidade de mobilização nacional contra as pressões dos banqueiros sobre o Governo brasileiro, no episódio da renegociação da dívida externa.

1.3 - ENCERRAMENTO.

2 - RETIFICAÇÃO

- Ata da 117ª Sessão, realizada em 23-8-90

3 - PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

- Nº 20, DE 1990

4 - SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

- Ordem de Serviço nº 1, de 1990.

5 - MESA DIRETORA

6 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 - COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 117ª SESSÃO; REALIZADA EM 23-8-90

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN - Seção II - de 24-8-90, na página 4556, 2ª coluna, no item 1.3 - ORDEM DO DIA

Onde se lê:

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1989,

Leia-se:

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1989,...

SUMÁRIO DA 127ª SESSÃO,

REALIZADA EM 3-9-90

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário feita no DCN - Seção II - de 4-9-90, na página 4869, 1ª coluna, no item 1.2.1 - Mensagem do Governador do Distrito Federal, no seu número de origem,

Onde se lê:

- Nº 118/90-DF (nº 1/90-GAG, na origem),...

Leia-se:

- Nº 118/90-DF (nº 91/90-GAG, na origem),...

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem. 2.200-exemplares.

Ata da 147ª Sessão, em 26 de setembro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jarbas, Passarinho — Antônio
Luiz Maya — Chagas Rodrigues —
João Nascimento — Lourival
Baptista — Pompeu de Sousa —
Mendes Canale — Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 8 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

BANCO DO BRASIL S.A.

Of. PRESI — 697

Brasília (DF), 20 de setembro de 1990

A Sua Excelência o Senhor

Senador Nelson Carneiro

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente.

Para os fins previstos no art. 20, § 4º, da Lei nº

7.827, de 27-9-89, encaminho a V. Exª o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, de 30-6-90, devidamente auditado.

No ensejo, reitero a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. — Alberto Policaro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Expediente lido será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos. No exame da matéria, poderão os Srs. Senadores e a Comissão de Fiscalização e Controle usar das atribuições que lhes são garantidas pelo Regimento Interno. Cópia do expediente será encaminhada à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 1990

Autoriza a conversão de cruzados novos retidos no Banco Central para a aquisição de veículos para uso na atividade de transporte autônomo de passageiros (táxis).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os condutores autônomos de veículos de passageiros

poderão converter em cruzeiros os saldos em cruzados novos retidos no Banco Central para a aquisição de novos veículos destinados a uso em sua atividade profissional.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A inusitada decisão do Governo Federal de bloquear os valores depositados na caderneta de poupança ou nas contas correntes bancárias, a partir de 15 de março deste ano, além de atingir numeroso contingente de pequenos poupadores, golpeou frontalmente os profissionais condutores autônomos de veículos de passageiros, que a custo de enorme sacrifício amaalharão honestamente modestas reservas financeiras com a exclusiva finalidade de renovar seus veículos para prosseguimento do exercício de sua profissão.

Por essa razão, estamos propondo a conversão de cruzados novos retidos em cruzeiros das contas dos motoristas de táxi, para a aquisição de veículos para uso na atividade de

transporte autônomo de passageiros.

Trata-se, pois, de um preceito humanitário, e por conseguinte de elevados propósitos sociais, particularmente voltado para a laboriosa categoria dos profissionais prestadores de serviço de táxi.

São essas as razões que nos levaram à elaboração do presente projeto de lei para o qual encarecemos o apoio dos nossos pares.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1990. — Senador **Maurício Corrêa**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos — competência terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 345, DE 1990

Senhor Presidente

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 216 e seguintes, do Regimento Interno, sejam solicitadas a Sr^a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, as seguintes informações:

1. Quais as razões que levaram o Presidente do Banco Central a decretar a liquidação extrajudicial do Banco do Estado da Paraíba, do Banco do Estado do Rio Grande do Norte e Caixa Econômica Estadual de Goiás?

2. Qual a situação, caso a caso, de cada uma dessas instituições de crédito oficial, em termos de passivo e de ativo?

3. Qual a possibilidade de suspender a liquidação e de se decretar a intervenção nessas instituições, por prazo determinado, fixando seu saneamento e a sua recuperação?

4. Qual a vinculação dessas liquidações com o acordo do Fundo Monetário Internacional?

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1990. — Senador **Humberto Lucena**

(À Comissão Diretora.)

REQUERIMENTO Nº 346, DE 1990

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Exce-

lentíssimo Senhor Ministro da Infra-Estrutura se digne encaminhar a esta Casa informações e dados relacionados aos itens a seguir enumerados:

1. Liberação dos preços dos combustíveis a nível dos distribuidores:

1.1. Tendo a Portaria Interministerial nº 712, de 2-7-90 (Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento e da Infra-Estrutura), fixado pelo máximo os preços de venda da gasolina, álcool carburante e diesel, a nível de revendedor, que razões fundamentam, na mesma Portaria, a determinação de que não sejam alterados os preços de combustíveis a nível dos distribuidores?

1.2. Quais as possibilidades de serem liberados tais preços, mediante livre negociação revendedor-distribuidor?

1.3. Qual a perspectiva de prazo para tal liberação?

2. Compensação financeira pela redução dos prazos de faturamento concedidos aos distribuidores com a rubrica "Custo Financeiro da Distribuição", fixada pelo CNP em janeiro de 1990, com base em taxa de inflação de 60% àquela época:

2.1. Por que se manteve no mesmo nível tal rubrica, quando o Governo passou a pressionar a taxa de inflação, a partir de 15 de março?

2.2. Qual a participação percentual dessa rubrica nos ganhos das distribuidoras (inclusive do gás liquefeito)?

2.3. Qual o montante, em cruzeiros, transferido do consumidor para as distribuidoras a partir de 15 de março, em decorrência dessa rubrica?

Justificação

A competição em nível dos revendedores de combustíveis (milhares em todo o País), que motivou a liberação dos preços pela Portaria Interministerial nº 712, de 2-7-90, deveria, a fortiori, ensejar a liberação dos preços a nível dos distribuidores (apenas sete no caso de combustíveis líquidos). Isto deveria permitir a oxigenação deste setor que precisa ser desregulamentado com urgência. Ao contrário, a referida portaria manteve tais preços inalterados, conforme dispôs o seu art. 2º abaixo transcrito:

"Art. 2º Os preços dos distribuidores de combustíveis fixados pelo poder pú-

blico não podem ser alterados."

Por outro lado, os prazos de faturamento concedidos pela Petrobrás às distribuidoras foram responsáveis parcialmente pela crise financeira dessa entidade estatal, tendo-lhe causado prejuízos de vários bilhões de dólares. Tardamente corrigida a falha, a partir de janeiro deste ano, foi fixada compensação financeira aos distribuidores pela redução do prazo de onze para oito dias, à base da taxa de 60% de inflação então vigente. Ora, com a instalação do Governo Collor, em 15 de março, as taxas de inflação foram comprimidas para zero, sem que se verificasse, até recentemente, alteração na sistemática de cálculo daquela compensação, fazendo supor a possibilidade de novas transferências indevidas do bolso do consumidor para os cofres das distribuidoras, o que agora se pretende apurar.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1990. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Mesa.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador **Lourival Baptista**.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: a Associação dos Amigos da Fundação Hilton Rocha reuniu ontem, em Belo Horizonte, em solenidade cultural, à qual estive presente, para o lançamento de mais um volume — "Páginas Esparsas IV" do consagrado Mestre, Pesquisador, Cientista, Médico e Escritor **Hilton Rocha**, com a presença de inúmeros amigos, companheiros médicos e admiradores desse insigne brasileiro que, desde 1942, depois de brilhante concurso, conquistou a cátedra de Oftalmologia na Faculdade de Medicina onde ingressou em 1928 e se formou, prosseguindo durante mais de quatro décadas, inicialmente no Hospital São Geraldo, a sua impressionante, fecunda e incomparável trajetória.

Depois de aposentado, o Professor **Hilton Rocha** projetou e mantém centros de trabalho, ensino e pesquisa de projeção nacional e internacional, como, por exemplo, o Instituto **Hilton Rocha** e a Fundação **Hilton Rocha**, onde se formam e

quipes de notáveis professores, técnicos e profissionais nos mais variados campos da Oftalmologia.

Amigo do Professor Hilton Rocha, orgulho-me de ser um dos membros do Conselho de Curadores da Fundação Hilton Rocha.

O prestígio internacional do Professor Hilton Rocha se fundamenta, preponderantemente, na sua excepcional qualificação profissional e técnico-científica como um dos maiores oftalmologistas contemporâneos.

Dispensando-me, nesta oportunidade, de traçar o seu perfil bibliográfico, como médico e cientista, porque ninguém mais ignora o imenso valor pessoal, e as contribuições decisivas do Professor Hilton Rocha, tanto no âmbito da sua especialização oftalmológica, como nos diversos setores de suas múltiplas atividades culturais, técnicas e administrativas.

Por esta razão, aproveito o ensejo para, mais uma vez, enaltecer o Professor Hilton Rocha como uma das mais expontenciais vocações para servir ao próximo, sempre fazendo o bem e engrandecendo Minas Gerais e o Brasil.

Encerrando estas breves e singelas palavras, desejaria apenas dizer ao amigo dileto que ele soube conquistar a profunda admiração, o respeito, a estima e os aplausos de toda a Nação brasileira.

Congratulo-me, portanto, com a Associação dos Amigos da Fundação Hilton Rocha — seus ilustres Diretores e Membros — pela magnífica iniciativa que promoveu desta expressiva homenagem com o lançamento de mais um volume, o IV de "Páginas Esparsas", e o II volume de "Cegueira e Cegos Ilustres", fazendo irradiar, mais uma vez, de Belo Horizonte para todo o Brasil, ampliar e consolidar os impactos e repercussões da vida e da obra do insigne Professor Hilton Rocha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 10 deste mês, recebi desvanecido uma incumbência do Presidente Nelson Carneiro para fazer uma

palestra aos membros da Escola Superior de Guerra que estavam em visita ao Congresso brasileiro, onde deveríamos discutir o papel do Legislativo. Na ausência do Senador Nelson Carneiro, — e eles perderam naturalmente por não ouvir a palestra melhor de S. Ex.^a —, tentei cumprir a missão que me foi deferida.

Nessa ocasião, chamei a atenção dos ilustres membros do corpo permanente, assim como do corpo de estagiários da Escola Superior de Guerra, de que há muito tempo se fala do declínio do Parlamento, Woodrow Wilson, que se tornaria depois um famoso Presidente norte-americano, que foi um dos luminares da Liga das Nações, já no ocaso do século passado, no dealbar deste século, falava no declínio do Parlamento. E isso tem sido, ao longo deste século, um fato indiscutível, à medida que os Executivos se instrumentaram muito mais rapidamente e muito mais fortemente do que os Legislativos para o cumprimento de ambas as missões.

Eu podia dar o meu próprio testemunho, 9 anos que andei por aí em Ministérios, encarregado de dirigi-los, e, quando precisava de uma matéria importante, usava o velho sistema de nomear uma comissão, marcar um prazo e pedir uma solução. Como, infelizmente, as coisas no Brasil precisam ser adjetivadas, quando era importante, eu tinha uma comissão de alto nível. Se assim não o fosse, a comissão perdia status. Aquele mesma coisa que, quando se manda fazer um inquérito, se não se disser "rigoroso inquérito", ninguém acredita. De qualquer maneira, a comissão tinha um prazo para entregar um grupo de trabalho, e qualquer Ministro poderia fazer isto a partir do momento em que o Executivo se preparou, ao longo de todo este século, para esse exercício de função. Aqui, diferentemente, temos que ser sempre ecléticos. É verdade que existe hoje um grupo seleto de assessores concursados, além da "prata da casa", que sempre serviu aqui de apoio aos Gabinetes dos Senadores.

De qualquer maneira, o Senador tem que fazer um parecer. E tenho não sei se vaidade, escrúpulo ou pudor de fazer os meus próprios pareceres, por isto me encontro em dificuldade para fazer do direito da criança até a guerra nuclear, porque, em todo esse espectro, o Senador tem que ser um perito nessa matéria.

Mostrei àquela Escola — que é olhada por alguns supostos es-

querdistas mal-informados como sendo o laboratório de uma ideologia autoritária, o que não é verdade, nem o foi mesmo no período em que a guerra fria era o fundamento das decisões políticas brasileiras —, mostrei qual era o papel do Parlamento.

Esteve aqui, no Congresso, certa feita, um professor americano, e me parece que em consequência desse convênio que o Senado tem ou tinha com Albany, por onde se formaram alguns dos funcionários da Casa, esse professor classificava os Legislativos em 4 categorias: o Legislativo ativo, o Legislativo reativo, o Legislativo consultivo e a mera Câmara de chancela.

Analisando o panorama mundial, verifico que nós estávamos debaixo do AI-5, naquela ocasião, com um "suave" diploma constitucional que fazia com que o Presidente da República tivesse o poder de César romano e sabia, exatamente, que ao nosso Legislativo não seria cabível classificá-lo como ativo. Mas, também, não era mera Câmara de chancela, e não era nem mesmo uma Assembléia meramente consultiva, como na ocasião tive oportunidade de verificar, estudando o que se passava, por exemplo, na União Soviética, que era o carro-chefe e até então não tinha descoberto o seu equívoco do comunismo no Mundo.

O que acontecia? Eram 4 reuniões. Senador Pompeu de Sousa, do Conselho Parlamentar da União Soviética: 4 reuniões, por ano, 3 dias cada vez. Isso era o Parlamento soviético no período até muito recente.

Nós aqui vivíamos ameaçados, eu não porque estava do lado do cabo do chicote, mas os que estavam do lado do látigo tinham apenas um desejo, que o látigo fosse o menor possível. Era o máximo que eles podiam pedir. Mas eles podiam ter a sua cabeça cortada a partir de qualquer momento em que houvesse uma razão subjetiva do Presidente da República para fazê-lo.

De qualquer modo, nós tínhamos condições de reagir, e a prova é que, chegando aqui, tive trabalho, intenso trabalho de debater com a Oposição, de negociar modificações, fazer emendas de legislação e até houve momento em que o Congresso teve que ser posto em recesso forçado pelo Presidente Geisel na ocasião, porque o Congresso brasileiro reagiu àquela Mensagem enviando a Lei da Magistratura. Tivemos, então, alguns dias de re-

cesso no Congresso, para que as nossas funções fossem substituídas por aqueles que no Riacho Fundo se preparavam para fazer a Lei da Magistratura imposta a nós.

Pelo menos eu caracterizaria como reativo o Parlamento. No momento, não. No momento é um Parlamento ativo o que nós temos. E não também nos deixarmos equivoocar pensando que este Parlamento pode controlar o Executivo, que é outro sonho de alguns parlamentaristas que só pode realizar-se quando os parlamentaristas conseguirem estabelecer um regime parlamentar no Brasil, aí, sim, não há dúvida, porque aí o Governo sai do próprio Parlamento.

Mas não há Executivo presidencialista que seja, por seu turno, subordinado ao Parlamento. Deve haver uma interação permanente. O Presidente dos Estados Unidos não tem o direito que tem o Presidente do Brasil de iniciativa parlamentar. Ele não pode apresentar nenhuma mensagem, nem apresentar, portanto, nenhum projeto de lei. Quanto mais com as regalias que tem o nosso príncipe, que pode mandar, em regime de urgência, as medidas provisórias, que, graças ao PMDB e ao PFL, que eram 77% dos Constituintes, foram introduzidas na Constituição brasileira, num regime presidencialista, com um texto parlamentarista.

Eu não quero fazer do meu discurso qualquer tipo de queixa, estou mostrando que realmente a maioria nos deu esta Constituição, nessa ocasião, porque havia uma grande pressão para se tornar parlamentarista o regime brasileiro. Tanto é assim que a Comissão de Sistematização, que eu tive a honra de, depois de aclamação, ser levado a ser Vice-Presidente dela, terminou o seu trabalho com um texto parlamentarista. Foi preciso que o Senador Humberto Lucena, que é o campeão do presidencialismo no Brasil, apresentasse uma emenda para fazer com que, através dessa emenda, o texto fosse modificado.

Ora, então expliquei isso aos alunos da Escola Superior de Guerra e também ao seu corpo permanente. E notei, Sr. Presidente, que uma das dificuldades que nós tínhamos era explicar por que o Congresso brasileiro não votou ainda aquelas 200 leis, entre complementares e ordinárias, que deveriam ser votadas depois da promulgação da Constituição. Tentei dar uma explicação. Em primeiro lugar, mostrei que está sendo muito comum o Congresso ser atacado por outras

autoridades. O nobre Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral tem sido constante nas críticas ao Congresso, dando-nos como omissos permanentemente. O Procurador-Geral da República tocou na mesma tecla. Disse que omissos éramos e fomos. E eu ainda sem nenhuma ideia de fazer chiste a respeito, graças que alguns poucos me atribuem, equivocadamente, uma vocação de ironia, que nunca tive, eu disse que este Procurador tem a sua razão, menos numa coisa, quando ele frequentou cada um dos nossos Gabinetes pedindo nosso voto e nós, em menos de 10 dias, votamos a sua aprovação para Procurador-Geral da República. Demos, ao menos neste caso, uma prova de não omissão, de comissão, participamos. E o caso aí não é só comissão no texto vernáculo próprio, como falar na Comissão adequada que fez a sabatina a S. Ex.^a

Ora, Sr. Presidente, a partir do momento em que as medidas provisórias foram colocadas no texto constitucional, o que me faz dar saudade do tempo em que, nesta tribuna, eu defendia com dificuldades os ataques da Oposição — MDB, depois PMDB, depois PP e outros Partidos que aqui surgiram gritando contra os decretos-leis, repito, faz-me sentir saudade do decreto-lei. Porque a aplicação do decreto-lei exigia um certo pudor. O decreto-lei tinha restrições na Constituição e a medida provisória não os tem. Então, o que se passa? São dois princípios apenas, que considero altamente subjetivos de todos nós: se é urgente e se é relevante.

A quem cabe dizer se é urgente, ou relevante? Ao Presidente da República, a quem a Constituição deferiu o direito de editar a medida, cuja eficácia se inicia na data da sua publicação. É a prova maior dessa série de medidas necessárias é que nós sabemos que, depois dessa moralização do problema dos automóveis, que foram todos retirados dos marajás que deles se serviam, (isso talvez tenha ajudado a diminuir bastante a dívida externa), tivemos o exemplo que foi a omissão do cargo de Vice-Presidente da República, em relação ao automóvel a que Sua Excelência teria direito. Então, o Presidente foi obrigado a mandar uma nova medida provisória exclusivamente para dizer que também o Vice-Presidente da República tinha direito a automóvel e, provavelmente, motorista, também. Então, aí está. Urgente? E. Era urgente. E deixava de ser relevante? Não deixava? Porque o Presidente poderia ser in-

trigado, imediatamente, com o Vice-Presidente, com uma divulgação de que tirara do Vice-Presidente o direito de usar automóvel para punição. E, para evitar esse tipo de intriga, senti a urgência e a relevância da matéria. Então, qual é a nossa omissão?

Ainda ontem, ao voltar de Belo Horizonte, onde fui fazer um debate na Ordem dos Advogados do Brasil, na sua Conferência Nacional, para falar sobre "O Papel das Forças Armadas", fui ao covil dos leões tratar desta matéria — fui interpelado pela imprensa, da mesma maneira da omissão do Congresso brasileiro, a razão da omissão do Congresso. Porque o Presidente da Ordem dos Advogados fez uma declaração da tribuna, dizendo que a Ordem se insurgia contra a exorbitância do número de medidas provisórias até então editadas.

O nosso lhano ex-Presidente José Sarney, um homem de afetos, editou mais de 100, e o atual Presidente, pela aritmética de Trajano, que estão utilizando para fazer a média, está editando uma em cada 2,4 dias, ou seja, 2 dias e tantas horas, 4 décimos de dia. Por quê? Temos que ser realistas, em parte realmente por nossa omissão. Por exemplo, o direito de greve — e eu tive a honra de ir à tribuna, na Constituinte, defendê-la na sua plenitude. Nós não fizemos a regulamentação do direito de greve. O funcionário público da União, por exemplo, só poderia ter o direito de greve a partir do momento em que uma lei complementar assim o definisse; e como os abusos também não foram definidos, o Presidente José Sarney se antecipou e mandou para cá uma legislação via medida provisória. Outros casos estão surgindo, como agora o caso mais relevante, mais urgente no momento: o Congresso é acusado de não votar a suplementação orçamentária de 2,5 trilhões de cruzeiros necessários para que o Governo possa cumprir finalidades, inclusive sociais. Não estou preocupado com a diminuição dos jornais que a Câmara e o Senado fazem com economia; estou muito menos preocupado ainda com a diminuição do café, isso tudo pode ser muito bem pago. Agora, estou preocupado, isto sim, é com as grandes providências de natureza social que começam a não ser feitas, como, por exemplo, a merenda escolar, as assistências sociais de LBA, as medidas de assistência social em geral, como as medidas do Ministério da Saúde, ainda há pouco tempo quase ameaçado de não poder fazer a campanha

nacional de vacinação, porque não está havendo por parte das Oposições — segundo dizem — a boa vontade de votar a matéria orçamentária. E alguns ainda dizem mais, porque há sempre más línguas, que a Oposição não vota isso com medo de que o Governo utilize essas verbas para fazer essas campanhas e, com isso, se recomendar ao eleitorado na votação de 3 de outubro. Eu não referendo, longe de mim referendar uma acusação ignominiosa às Oposições brasileiras, que são constituídas de patriotas. Acho, isto sim, que houve tentativa de fazer reciprocidade, votaria esta matéria desde que outra matéria, que era uma medida provisória, se não estou equivocado, fosse também objeto de votação. Como não houve o acordo, não se votou a matéria. Mas, hoje, já li, de um eminente líder de Oposição, que a matéria será seguramente votada logo depois das eleições.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu vejo que se apresta para apartear-me o nobre Líder tucano, e ouço, com muito prazer, S. Ex^a, o nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Jarbas Passarinho, estou absolutamente certo de que V. Ex^a se houve com o brilho de sempre nos dois certames, tanto na OAB como na Escola Superior de Guerra. V. Ex^a faz considerações de ordem geral, e considerações oportunas, procedentes. De um modo genérico, estamos ainda na fase de transição. Saímos de um regime de exceção e ainda não atingimos plenamente o sistema constitucional. Nem seria possível de uma hora para outra. Por isso mesmo, a Assembleia Nacional Constituinte previu a revisão da Constituição. Eu acredito que nessa revisão, em 1993, poderemos atender plenamente às aspirações da sociedade brasileira, do nosso povo. Estamos neste presidencialismo, que não era para ser presidencialismo, como V. Ex^a disse. Houve influências e, finalmente, a Assembleia Nacional Constituinte, contra o meu voto, porque sou parlamentarista há 40 anos, terminou, mais uma vez, no meu modesto entendimento, cometendo um erro: prosseguir neste presidencialismo que só deu certo nos Estados Unidos; e V. Ex^a acaba de mencionar que o presidencialismo nos Estados Unidos tem pouco a ver com o nosso presidencialismo. Então, estou certo de que, na revisão, poderemos chegar a este ponto.

V. Ex^a sabe que, mesmo no presidencialismo, os Poderes são independentes, em primeiro lugar, e harmônicos. No entanto, o Governo tem tomado várias providências sem se preocupar com essa harmonia. Não é possível que o Poder Executivo ignore o Poder Legislativo, e não é possível que o Poder Legislativo se coloque, frontal e permanentemente, contra o Executivo. É preciso que os homens públicos tenham responsabilidade. V. Ex^a falou, por fim, no problema orçamentário. Sabíamos que este seria um ano eleitoral, com renovação total da Câmara dos Deputados. Aqui os Deputados têm mandato de quatro anos. Nos Estados Unidos, são de dois anos. Lá também os Senadores têm mandato reduzido.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Seis anos.

O Sr. Chagas Rodrigues — Seis anos, mas três vezes maior que o de Deputado. Por isso, antigamente, tínhamos mandato de nove anos. De qualquer modo, esses projetos de créditos suplementares deviam ter chegado aqui há mais tempo, para terem sido votados oportunamente. Não é possível votá-los agora. Louvo essa preocupação de V. Ex^a. Todos nós devemos, inibidos de responsabilidade, enfrentar esses problemas, que são problemas gravíssimos. E pode V. Ex^a ficar certo de que em muitos assuntos tivemos até progresso. Ninguém quis sair de uma vez do decreto-lei exclusivamente para a lei. Então, surgiu, com inspiração na Constituição italiana, o instituto na medida provisória. Houve, de certo modo, algum progresso, nobre Líder, porque a medida provisória não se transforma em lei definitiva por simples decurso de prazo. Mas, sob outro aspecto, como ressaltou V. Ex^a, a medida provisória tornou-se muito mais abrangente do que o próprio decreto-lei. Então, estamos levando em conta todas essas coisas, e estou certo de que, com a colaboração de homens públicos como V. Ex^a, haveremos de atingir aquele mínimo necessário ao bom funcionamento das nossas instituições democráticas. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou gratíssimo a V. Ex^a, nobre Líder Chagas Rodrigues, pelo aparte que fez, comentando o que eu, até agora, desenvolvia no meu discurso.

V. Ex^a, mais generoso do que eu, acredita que essas dificuldades são parte de uma fase mais prolongada de transição. Só lembro a V. Ex^a que essa

transição começou em 1982 e nós já estamos em 1990.

Em 1982, como V. Ex^a se recorda, 85% do Produto Nacional Bruto passaram para as mãos das oposições, que conquistaram, naquela altura, os dez Governos mais poderosos do País. Então, Franco Montoro, que saiu deste Plenário, foi um Governador que caracterizou essa posição; o engenheiro que vai ser, provavelmente, novamente Governador do Rio de Janeiro. Engenheiro Brizola, também. Fora dele, todo resto foi feito pelo Partido a que V. Ex^a pertencia, como pertence ainda hoje o nobre Senador Severo Gomes. Então, foram dez; nove do PMDB e um do PDT, que começaram uma transição no campo estadual.

É interessante verificar como mesmo os homens sérios, respeitáveis, que todos aqui o somos, quando mudam de posição, é que, não por levandade e sim por conscientização da diferença de atividade, modificam, às vezes de maneira de 180 graus, o seu pensamento.

Ouví aqui o nobre Senador Franco Montoro quantas vezes criticar-nos pelo excessivo, e o é, fosso que existe entre o maior e menor pagamento no serviço público. E ele dizia: "Na Alemanha, não há mais do que oito vezes a diferença entre o maior e o menor salário pago".

S. Ex^a foi para o Governo de São Paulo e não conseguiu modificar o quadro, ou por que o salário mínimo é muito baixo ou por que, numa sociedade como a nossa, em transformação, é impossível fazer comparação com a sociedade alemã, na maturação da formação de tantos e tantos séculos.

Também ouvi o nobre Senador Franco Montoro, por quem tenho grande apreço pessoal e que receio não venha a esta Casa pela ameaça de votos equivocados de São Paulo, ouvi o Senador dizer, certa vez, que era um absurdo os Ministros estarem utilizando o avião a jato para os seus transportes. Já era um pouco do puritanismo, do pequeno burguês, contra as viagens dos Ministros. E S. Ex^a disse: "Estão gastando gasolina a rodô". E eu disse: "Perdão, Senador, não é nem gasolina, é querosene nesses aviões a jato".

E o que fez ele quando Governador? A primeira coisa que fez foi comprar um avião a jato. Porque é necessário. No meu entender, era necessário! A menos que São Paulo tivesse a oportunidade de ter novamente como Governador alguém com

tamanho horror de avião que só andasse de automóvel em todo o território paulista e até em todo o Território brasileiro.

Aí vem a diferença, que muitas vezes se traduz numa linguagem, não diria vulgar, mas um pouco menos parlamentar, de dizer que a diferença está entre ser estilingue e ser vidraça. Esse é o momento em que essa transição mostrou os Governadores da liberdade, os Governadores que gritavam — e eu vou-me permitir usar o verbo —, vociferavam contra o autoritarismo, passaram a fazer coisas piores do que aquelas que nós fazíamos ao nosso tempo.

Acho até que nós fomos extremamente inteligentes, Senador Chagas Rodrigues, porque, se tivéssemos deixado o AI-5 como instrumento para os Governadores que se sucederam aos nossos, e o Presidente da República sob a tutela indiscutível da pessoa, a quem eu quero muito bem, que se chama Deputado Ulysses Guimarães, provavelmente as reações teriam sido ainda muito mais violentas. Quantas vezes eu ouço hoje dizer: "Ah!, nem no tempo da ditadura se fazia isso!".

Mas acho que V. Ex.^a, nobre Senador Chagas Rodrigues, está desejoso de me apartear novamente, e ficaria honrado em ouvi-lo.

O Sr. Chagas Rodrigues — Observo que V. Ex.^a está fazendo referências a políticos e a questões de alguns Estados. É um direito de V. Ex.^a Quando V. Ex.^a diz que a transição vem de 1982, gostaria de dizer que, olhando o assunto do ponto de vista das instituições, a nossa Constituição Federal é bem recente, é de 1988. No que diz respeito à promulgação da Carta fundamental, a transição terminou, portanto, em 1988. No que tange à eleição direta, popular, cem por cento democrática do Presidente da República, a transição só terminou no ano passado. Não quero, aqui, defender esses ilustres governadores, mas não sei se eles ainda foram um tanto influenciados pela legislação e pela atmosfera do tempo. Porém, sei que homens democratas, como V. Ex.^a e outros, precisamos instituir neste País um regime de responsabilidade, de democracia, e de democracia com todas as liberdades políticas, sem ditadura de nenhuma espécie e, ao mesmo tempo, um regime voltado para o problema social, usando uma expressão consagrada, para a justiça social, em que todos possam viver condignamente, com salários suficientes para atender às suas

necessidades e às de sua família. Agradeço a V. Ex.^a a generosidade e continuarei a ouvir, com toda a atenção, como sempre o faço, os discursos do nobre Senador, prometendo não mais interrompê-lo, inclusive para não me privar do direito e do prazer de ouvi-lo até o fim.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Só lastimo o final do aparte de V. Ex.^a É a única parte em que fico frustrado, porque, quando V. Ex.^a diz que não me vai mais apartear, frustra-me. Ouvir V. Ex.^a — e não vou repetir esta frase feita aqui, que é muito comum, "o aparte de V. Ex.^a enriquece o meu discurso" —, o aparte de V. Ex.^a me estimula, realmente. É muito interessante debater com V. Ex.^a, porque vejo que debato com um homem de formação poliforma e, naturalmente, com a sua origem indiscutível de homem das leis, o doutor das leis, como diria Machado de Assis, e que, se nós, formados na caserna, apenas voltados para a área cartesiana, não tivéssemos cuidado, somos capazes de pensar que estamos vencidos, a partir do momento em que o advogado fala. Mas, à proporção que vamos ouvindo, o estímulo da nossa cabeça também vai funcionando. Então, eu me permito comentar o aparte de V. Ex.^a

Em primeiro lugar, a eleição de 1982, que foi uma eleição direta para Governadores, colocava o carro-chefe nacional na mão das Oposições: o Partido de V. Ex.^a que era o Partido pelo qual se elegeu o meu eminente amigo Franco Montoro. Tenho, realmente, por ele, sincera amizade. Sabe V. Ex.^a que bastaria que o Estado de São Paulo, por exemplo, não se contivesse dentro das diretrizes orçamentárias da União e toda uma tentativa de luta contra a inflação seria prejudicada. Como pode ser hoje. E, como se diz, foi a forma pela qual o Governador Adhemar de Barros acabou sendo sancionado — foi antes do AI-5 — no início da Revolução. Dizem, até, que o Presidente Castello Branco teria dado um conselho a ele, que queria ainda ser Presidente da República, ao dizer: "esqueça o seu futuro, que esqueço o seu passado". Mas, aí, resolveram não esquecer o futuro e lembraram-se do passado dele. Entretanto, V. Ex.^a fala em 1982, nos Governadores... V. Ex.^a, muito habilmente, estou acostumado a receber suas lições na Comissão de Constituição, Justiça, e Cidadania, eu, mero tocador de tambor, V. Ex.^a, professor de Direito, o que vejo V. Ex.^a dizer? Em 1982 esses Governadores foram in-

fluenciados pela atmosfera. É possível! Talvez até pela estratosfera, também, e a troposfera com certeza, também. Acontece que, nessa oportunidade, quantos desses Governadores, Sr. Presidente, Srs. Senadores, utilizaram com a maior desenvoltura o decurso de prazo que eles combatiam aqui? Quantos? Em São Paulo, no Pará —, tenho absoluta certeza que não estou sendo leviano —, utilizaram decurso de prazo em favor de suas próprias propostas legiferantes.

Aí está o que V. Ex.^a, com toda certeza, disse: "Ainda não tinha começado a transição. Eles estavam ainda marchando de acordo com a música que tocávamos".

Mas aí vem V. Ex.^a falar que só agora, na eleição direta do ano passado, é que entramos na plenitude do regime democrático. Isso já me deu margem, Senador Chagas Rodrigues, a discussões várias vezes, e uma delas com um famoso Bispo chamado "Dom Pele da Igreja". Ele só aceitava a eleição direta, era a única que servia para S. Ex.^a Revma; penso que é o tratamento que se dá. O Senador Antônio Luiz Maya está ali sussurrando o nome e eu pensei que ele estivesse me corrigindo no tratamento eclesiástico, pois S. Ex.^a vem de lá. Mas eu estava certo, S. Ex.^a Revma. Dom José Maria Pires, que depois ficou meu amigo.

Estava em São Paulo debatendo, na época em que numa hora nobre se podia debater, assunto tão insignificante como este e não estar preso a assunto "muito mais importante" que são as novelas, as novelas de hoje. Naquele tempo, gastava-se o tempo nobre discutindo essas coisas à-toa, destino do Brasil, questões institucionais. Mas, hoje não, hoje realmente se dedica esse tempo a coisas "muito mais importantes": as novelas. E como naquele tempo se podia falar sobre isso, nós fomos de 8:30 horas até 1:30 horas da manhã no debate.

E eu mostrava, nobre Senador, que essa questão de eleição direta ou indireta é discutível, nós não devemos ser fanáticos na relação de defender uma ou outra exclusivamente. Mas o Bispo, exacerbado inclusive, admitia que só a eleição direta seria legítima. E eu lembrei mais: Ilustre Bispo, eu conheço eleições diretas, perto de nós aqui, fraudadas, e conheço eleições indiretas que poucos brasileiros sabem que existem, como a eleição americana, que é absolutamente legítima. O nosso problema estava em antecipar a

votação do Colégio Eleitoral, ou seja, a renovação da Câmara e do Senado, de maneira a associar já com uma candidatura como a América do Norte faz.

E avançamos nesse ponto alguma coisa. Bem, mas ele insistia em não admitir eleições diretas, como parece que V. Ex.^a também coloca que a distensão só começa agora ou a transição. Eu concluo e passo a palavra a V. Ex.^a com muita honra.

Então, disse, nobre Senador, que esse fanatismo pela eleição direta lembra-me, há quase 2 mil anos, o maior equívoco da civilização humana. Na primeira eleição direta o que houve, na idade de Cristo, elegera Barrabás e condenaram Cristo. De maneira que só pensar na eleição direta como única forma é também um equívoco. Mas V. Ex.^a tem razão e podíamos ter votado antes. Podíamos tê-lo feito quando o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo mandou para o Congresso a sua proposta, e teríamos votado em 88 para Presidente da República, ou antes, e não em 89. Mas as oposições tirando partido da situação difícil em que já estava um Governo desgastado pelo tempo — e todo tempo desgasta, em princípio, um Governo, menos, naturalmente, o da Albânia, que só com a morte ele pôde ir embora —, estando esse Governo desgastado, as oposições foram para a rua e inventaram as "Diretas-já".

Sabe V. Ex.^a o que eu soube há pouco tempo, nas hostes V. Ex.^a, como se deu isto? Paço até que verifique no seu antigo Partido — está aqui o Senador Severo Gomes, que ainda é do PMDB. S. Ex.^a poderá dizer-me se é verdade ou não. Dizem que levaram essa emenda a exame em reunião. Tínhamos feito uma eleição, foi melhor do que era antes, para que um Colégio Eleitoral, a ser eleito, viesse a eleger o Presidente da República, e não como nos anos anteriores, que era um Colégio cadente, em fim de mandato, já se sabendo previamente qual era a maioria. Corríamos o risco de não fazer a maioria, e fizemo-la. Então, era um direito de ter feito a maioria continuar no processo e elegermos indiretamente o Presidente. Fez-se a campanha das "Diretas-já" e, em consequência, antes dessa campanha, teria passado no corredor da Liderança do PMDB o Deputado de primeiro mandato pouco conhecido, que vinha do MR8, chamado Dante de Oliveira. E que deram a proposta de emenda para eleição direta ao Deputado Ulysses Guimarães, que disse: "Eu não assino isto não

tem a menor possibilidade; pega outra pessoa para assinar". E de mão em mão quando ia passando pelo corredor o Sr. Dante de Oliveira. Chamaram-no e ele assinou. O que leva, evidentemente, a dar razão ao Deputado Roberto Cardoso Alves, que diz que, quando o conheceu, a ele Dante, não passava de uma emenda sem possibilidade. Depois se transformou em um monumento nacional.

Mas concordo com V. Ex.^a, quanto à eleição indireta eu tive experiências na minha vida. Somos homens de quase a mesma geração. V. Ex.^a é mais novo do que eu, eu vi a primeira eleição indireta que houve na minha terra, foi uma brutal traição a Magalhães Barata. Era um líder primário, líder carismático, autoritário, mas reformou completamente a fisionomia do Estado do Pará em pouco tempo.

Feita a eleição, terminou a ditadura, e aquela sim, Senador, ditadura do Dr. Getúlio Vargas, eu vivi duas a de 30 a 34 e a de 37 a 45. Não havia eleição nem para miss, quanto mais para Vereador, Deputado e Senador. Era proibido falar em eleição. Uma das palavras do Presidente, a que todos respeitávamos, era: "Voto não enche barriga". O Senador Pompeu de Sousa, que já brilhava cintilantemente na imprensa do Rio de Janeiro, e em oposição ao ditador na ocasião, deve estar lembrado de uma frase de Sua Excelência, cercado das fardas impecáveis, inconsultéis da Marinha-de-Guerra brasileira, embora não balouçando tanto o navio, porque estava ancorado na Ilha das Cobras, e Sua Excelência, fazendo o discurso, dizia: "É tempo de removermos o entulho das idéias mortas".

Ora, esse entulho que anda por aí repetido não é novidade nenhuma, já se dizia naquela época. Eu estava saindo um jovem aspirante a oficial da minha gloriosa Arma de Artilharia, quando, exatamente, ouvi esse discurso. O que era o entulho? O entulho era a democracia, nobre Senador Chagas Rodrigues.

De maneira que, quando vi a questão a que me estava referindo, Magalhães Barata popular, vem a eleição de 34, na Constituinte, ele elege 21 Deputados e, absolutamente incommon para a época, elege um sargento do Batalhão de Caçadores Deputado Estadual e a oposição elegeu 9 dos 30. E a oposição, através de artes do demônio, outra vez de artes daquilo que o Garret chamava de "o excremento do demônio",

conseguiu 7 adesões aos 9 da oposição para fazer maioria não votando em Magalhães Barata. Ficaram conhecidos no Pará como os 7 cascos de manga.

A eleição direta teria elegido Magalhães Barata estrondosamente. A eleição indireta o levou a um ostracismo perigoso, do qual ele só se recuperou muitos anos depois. Então, a minha vocação pessoal é também pela eleição direta. Podemos errar, mas aí o erro foi do povo e o povo que o consente, se tiver capacidade de fazê-lo de outra vez.

Este foi o longo interregno que fiz entre ouvir a minha própria voz dolorosamente ouvida, porque ela é pobre, e a oportunidade de ouvir a voz de V. Ex.^a, que é sonora e me encanta, sem dúvida.

O Sr. Chagas Rodrigues — Ainda aqui, nobre Senador e nobre Líder, estamos de pleno acordo. Eu também não tenho nenhum fanatismo por eleição direta ou indireta. Entendo que as eleições precisam ser autênticas, legítimas, livres, e prefiro uma eleição indireta livre a uma eleição direta maculada por excessos, abusos do poder econômico, do poder político e, em alguns países, por que não dizer, do poder religioso. Então, o que nós todos queremos são eleições autênticas, eleições livres. Mas, no Brasil — aqui vem um dado sociológico, um dado de sociologia política — no Brasil, inclusive depois dessa campanha, o povo estava realmente querendo eleição direta, parece que identificava eleições diretas com eleições democráticas. Mas, diante da nossa História Política, é difícil sairmos das chamadas eleições diretas. Entendo que elas podem ser maculadas e, às vezes, o povo pode cometer equívocos, mas vai aprendendo. De modo geral, no processo de eleição direta há quem diga que, pelo fato de o Colégio Eleitoral ser muito amplo, mesmo não levando em conta o elemento qualitativo, há quem diga que o povo, em princípio, erra menos do que os pequenos Colégios. Nesta parte, estamos de pleno acordo. Quem sabe, poderemos até evoluir para o sistema misto, eleição direta no primeiro turno e, se do candidato não conseguir maioria absoluta, teríamos uma eleição de segundo turno pelo Congresso, ou por um Colégio até um pouco mais amplo. Tudo isso será objeto de exame durante a revisão constitucional. Entretanto, o que é importante, pode V. Ex.^a ficar certo disso, é termos eleições livres, autênticas, democráticas.

cas, que traduzam realmente a vontade do corpo eleitoral.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito bem, Senador Chagas Rodrigues! Muito bem! Isso para mim é o parâmetro indiscutível sobre o qual devemos fazer o julgamento. A eleição só terá valor se ela for, evidentemente, a tradução exata do desejo e da aspiração do votante. Tanto que, quando fui Governador, chamado revolucionário, do Pará, as aplicações de punições que fiz, das quais não me arrependi nunca, foram em juízes que macularam o resultado das votações. Houve leilão! Desgraçadamente, no meu Estado, houve leilão!

Falava-se no mapismo. Havia um mapa de totalização, a apuração era muito lenta, vinha de longe para ser apurada em Belém, e o mapa ia sendo diariamente atualizado. Quando um candidato via que não tinha mais a possibilidade de eleger-se, porque não tinha mais nenhuma área de onde esperasse votos, negociava com outro o total de seus votos, e aquele que tinha sido eleito, passava a suplente e o somatório dos votos daquele que vendia os votos, com a comissão dada ao meritíssimo juiz, então passava a ser Deputado. Isso foi apurado, confirmado e eu puni com a maior tranquilidade da minha vida, porque acho que um dos maiores crimes que se pode praticar contra a democracia é exatamente contra isso a que V. Ex.^a acaba de se referir: é contra a autenticidade, contra o direito absoluto que tem o eleitor de fazer o seu voto livre e escolher livremente. De modo que, neste ponto, também estamos de acordo. Parece-me que, nesta tarde de hoje, estamos de acordo em quase tudo, e isso me rejubila muito. Eu sempre com aquela preocupação com os tucanos, em relação ao mau hábito que os tucanos têm de atacar os ninhos de passarinho, mas, fora disso, eu estou ao lado de V. Ex.^a

Queria salientar, antes de pedir, Sr. Presidente, que esta matéria fosse incorporada ao discurso, que eu tenho as notas taquigráficas reproduzidas. Queria pedir a V. Ex.^a que deferisse não lê-las, porque seria uma conferência longa. Então, eu gostaria de, pelo menos, repetir mais dois ou três pontos de perguntas que me foram feitas. Uma delas é: Por que nós votamos secreto em determinadas matérias? A pergunta sugeria uma censura ao voto secreto. Tinha que responder pelo Congresso, a minha responsabilidade era grande, mas eu dizia que era uma questão de resposta pessoal. Fala-

va como hospedeiro da Escola Superior de Guerra, e que, dentro do plenário do "Auditório Petrônio Portella", eu dava uma resposta oficial. Dizia achar que o voto secreto é necessário. Ele é necessário seja para proteger o votante, Deputado ou Senador — no caso de um veto do Presidente da República —, das pressões que podem existir em relação ao voto aberto. No outro caso, quando o Senador tem sobre determinada autoridade uma opinião firmada, e apesar do encaminhamento da votação, ele pode manter o seu ponto de vista e vota "não". Então, o voto secreto, tenho a impressão deveria ser mantido, foi a resposta que eu dei. A outra se devia haver obrigatoriedade do voto, eu ainda a defendi. Ah! nos Estados Unidos não existe a obrigatoriedade, — argumenta-se. Nos Estados Unidos existe tanta coisa boa e tanta coisa ruim, e, se tivéssemos apenas de querer somar sempre as coisas boas, teríamos o país mais notável do Mundo. Por exemplo, neste Congresso, vi agressões feitas aos Senadores chamados bionicos e todo mundo volta e meia dizia: porque se na França podemos fazer aquilo, por que é que não fazemos a mesma coisa que a França faz com o seu Senado? Todo o Senado da França é bionico, não é eleito por voto direto e, no entanto, não presta. E quando falamos sobre os Estados Unidos, ninguém aceita que aquele país tenha o curso superior todo ele pago e nós queremos aqui que todo ele seja gratuito. Então, é preciso muito cuidado em pinçar aqui e acolá coisas que acontecem fora do nosso mundo brasileiro. Então, eu disse que nos Estados Unidos mesmo — a resposta que dei — já houve Presidente da República eleito pela maioria da minoria, porque a minoria dos votantes foi que votou; então, a maioria dessa minoria elegeu o Presidente da República que teria o direito, amanhã, de mandar jogar uma bomba atômica no Iraque, se fosse o caso, e Deus permita que não o seja. Assim, aí devo levar em consideração a dificuldade de ser ou não ser uma votação obrigatória, e também esse assunto foi levantado por eles.

E foi abordado um ponto com o qual encerro estes comentários, Sr. Presidente, e foi o único desagradável. Um professor fez uma pergunta: por que é que ganhávamos tanto, quando nos países civilizados nenhum Parlamentar percebe mais do que 15 salários mínimos, e se, além do mais, não era um absurdo a diferença dos vencimentos entre os três Poderes.

Comecei dizendo que o Presidente Castello Branco, a quem sempre admirei de quem fui Ministro, com muita honra para ambos, o Senador Severo Gomes, tentou não sei se o Senador Severo Gomes se lembraria disso ou não fazer isonomia entre os funcionários dos três Poderes, o Presidente Castello Branco, com toda a força que tinha no primeiro governo revolucionário, e não o conseguiu.

Mas aí aparecem os erros dentro da tese correta. Aparece aqui aquilo a que o meu querido amigo Carlos Chagas, por exemplo, se referiu, dizendo que o piloto do elevador do Senado ganhava mais do que um piloto de "Mirage". Isso está como verdade nacional, totalmente expandido, todo mundo diz isso, inclusive na pergunta que me foi feita. Agora, o ascensorista do Senado, em regra, ganha salário mínimo pago por uma firma que é contratada pelo Senado Federal, mas se disse que ele ganhava mais que um major piloto de "Mirage".

Por outro lado, um general de 4 estrelas senta ao meu lado e mostra um contracheque de um delegado de Polícia Federal aposentado, que ganhava o dobro e mais alguma coisa que o general com 45 anos de serviço e todos os cursos feitos recebia. Daí vem o outro e acha que o coronel ganha bem mais do que o fulano que é funcionário do Ministério há tanto tempo, e assim por diante. O que me levou a concluir para esse cavalheiro: Oscar Wilde dizia "que; um pouco de sinceridade é muito perigoso e muita sinceridade é definitivamente fatal". Vou usar ser fatal e vou dizer a V. Ex.^a — chamei o cavalheiro de V. Ex.^a — que duvido da verdade que V. Ex.^a está expressando, que, nos Congressos de países desenvolvidos, um Senador ganhe apenas 15 salários mínimos.

Tínhamos vindo de Washington quando colegas nossos receberam convite de um Senador para conhecer o seu gabinete. Como já conhecia gabinete de Senador, não fui. O Senador Antônio Luiz Maya, que está aqui hoje secretariando a Mesa, foi ao gabinete. Se não estou equivocado, esse Senador mostrou quanto ganhava, e era cerca de 90 mil dólares e tinha ainda mais 400 mil dólares para distribuir entre todos os funcionários que serviam o seu gabinete. Eu disse isso e o professor não gostou; fez com a cabeça que não. Eu disse: bem, agora o senhor vai ficar numa posição extremamente difícil, porque me fez uma pergunta, eu lhe dei uma respos-

ta, conheço o Regulamento da Escola Superior de Guerra e o Senhor não tem direito à réplica! Logo, recolha-se ao silêncio! (Risos)

Aqui está, entretanto, a posição em que estamos sendo vistos. Ganhamos, é verdade, menos do que muitos diretores de companhias estatais do Brasil.

O Sr. Chagas Rodrigues — Menos que os Deputados Estaduais...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Vou chegar lá, Senador. Vou chegar lá.

Ganhamos menos do que muitos diretores de empresas estaduais, poderosas no Brasil, não vou citar, para não criar problemas.

Agora, ganhamos, muitos vezes, metade do que ganhava um Deputado Estadual, em alguns Estados. Houve ocasião em que aqui ganhávamos menos do que um Vereador de uma cidade importante do País.

Logo, para mim, não se trata de pedir aumento de remuneração e subsídios dos Parlamentares Congressistas, não! Ganhamos muito bem, realmente muito bem: 400 mil cruzeiros líquidos como Senador da República. Jamais ganharia isso na vida profissional. Já mostrei que ganho hoje 110, 115 mil cruzeiros como coronel na Reserva e, quando comecei, ganhava mais. Agora, já estou mais ou menos ganhando como major, e, se eu durar um pouco mais, chego a sargento. (Risos) E, de qualquer maneira, é ainda um grande vencimento, é um grande subsídio. Agora, o que há é uma desordem completa. Aqui, também, se diz: "Os motoristas do Senado, os motoristas do Congresso ganham uma barbaridade de dinheiro". Já tive a oportunidade de mostrar à pessoa que disse isto o contracheque do meu motorista, que se dizia que ganhava mais do que José Sarney, ex-Senador e já Presidente da República. Saiu numa revista de grande tiragem. E eu disse o seguinte: "Olha aqui, inventaram um mandato de injunção e você pode pedir, agora, através desse mandato de injunção, ganhar o que ganha o Presidente." Se é que você ganha mais, proponha ganhar menos, ganhar igual e, com isso, resolveria. (Risos) Então, esta é a nossa Casa. Durante o lobismo que se fez aqui, houve agressões, inclusive a funcionários nossos aqui, da chapelaria, eles foram atingidos por pessoas que vinham em greve e diziam:

"Vocês são uns marajás e isso vai acabar!"

Na ilusão petista, que se desfez com uma rapidez extraordinária neste País, chegou um militante aqui a dizer, na hora de entrar no elevador, porque havia o elevador privativo para Senador: "Isto vai acabar. Vai acabar essa discriminação!"

São ilusões...! Em todo processo revolucionário, em todo processo — como falou o nobre Senador Chagas Rodrigues — na sociologia política, existe um desdobramento em que, na origem das reações, é como a primeira corrida do ferro-gusa: de saída, vem a borra até a superfície; depois, há uma sedimentação e aparece do verdadeiro ferro-gusa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço os constantes e fertilizantes apertes do Senador Chagas Rodrigues e, peço a V. Ex^a, deferindo, como requerimento, que estas séries de páginas que compõem a minha despretensiosa palestra e a resposta dada aos alunos do corpo permanente da Escola Superior de Guerra sejam transcritas nos Anais da Casa. (Muito bem! Palmas)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JARBAS PASSARINHO EM SEU DISCURSO:

STAQ — SACC Nº 113/90

Data: 10-9-90

Hora: 15h25min.

(OUTROS EVENTOS)

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Presidente

Relator

Convidados: Jarbas Passarinho — Pila Ribeiro — Diniz — Sérgio Figueredo Mundin — Luizmauro — Mayron — Cristina Emprotei — Adauto Roberto — Audir — Luis Dusel (Juiz) — Luiz Mauro.

A SRA. APRESENTADORA — Abrindo os nossos trabalhos, passo a palavra ao Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Tenente-Brigadeiro Pedro Ivo Seixas, Comandante da Escola Superior de Guerra, Srs. Oficiais-Generais, minhas Senhoras e meus Senhores:

Tenho a honra de recebê-los nesta Casa em nome do Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro.

Peço que acompanhem a Mesa, também, o General Fábrega, o Ministro Pedro Hermes e o Brigadeiro-do-Ar Emílio de Sousa Pinto. (Palmas.)

Já tive a honra de falar na Escola Superior de Guerra este ano. Agora, trataremos de um assunto que é muito pertinente a esta Casa.

Gostaria de começar por uma caracterização mais universal: o Parlamento no mundo, o papel dos Parlamentos.

Desde o ocaso do século XIX, e mesmo os autores do século XX, como Woodrow Wilson, escreviam sobre o declínio do Parlamento. Dizia-se, exatamente que, à proporção que o Executivo se dinamizava, se estruturava para governar, o Parlamento estagnava. E isso caracterizava exatamente o seu declínio, por um lado, no cumprimento do seu dever e, por outro lado, na falta de um acompanhamento de velocidade, inclusive tecnológica, que o Executivo proporciona.

Quando fui Ministro, pela primeira vez, verifiquei exatamente isso, por que só havia passado 15 dias aqui no Senado, havia dado um aparte, e era o Ministro da Previdência Social. Quando voltei, sete anos depois, verifiquei a diferença que havia aqui no Congresso. Por exemplo, eu relato os meus projetos. Mas é preciso ter uma vocação eclética para poder dar opinião desde guerra nuclear até o problema do menor; e o Congresso não tem a mesma estrutura que os Ministérios têm: formava-se um grupo, caracterizava-se um grupo de trabalho, dava-se o prazo, e estava resolvido o assunto.

Temos, agora, de alguns anos para cá, uma Assessoria Técnica muito boa, com pessoal concursado, que trabalha para nós. Mas trabalha no regime que eu chamo de balcão, porque cada Senador se dirige à Assessoria Técnica e pede uma opinião sobre um determinado projeto de lei, ou faz consulta. Isso fragmenta o trabalho. De maneira que cada assessor um especializado em Economia, outro em Sociologia, outro em Política geral, Ciências Políticas — dá uma opinião dentro daquele compartimento estanque.

Então, essa colocação de Woodrow Wilson era muito importante. Mas ele mesmo já dizia, nessa altura, no começo do século, algo que transcrevi numa revista do Senado: "Tão importante quanto legislar é fiscalizar atentamente a Administração. E mais impor-

tante ainda que legislar é instruir e orientar o público sobre assuntos políticos que devam ser comunicados por um órgão que discuta abertamente todas as questões de interesse nacional". Daí por que achamos que esse declínio do Parlamento, ainda que possa existir, até agora, não se encontrou uma fórmula capaz de substituí-lo, a não ser por regimes autocráticos ou, pior que isso, totalitários.

O Senador Milton Campos, que é um nome tutelar aqui do Senado e do Congresso, um homem de excepcional qualificação intelectual e moral, foi encarregado pelo Presidente do Senado, juntamente com o Senador Nelson Carneiro, para fazer uma visita aos Estados Unidos e à Europa, a fim de verificar o funcionamento dos Parlaentos nesses países. E há um relatório publicado em 1972. Desde a fundação da República Federal da Alemanha até a visita que eles fizeram, havia quase 2.000 leis, das quais apenas menos de 200 haviam sido originadas no Parlamento; a origem principal tinha sido no Executivo.

Nos Estados Unidos da América, o Presidente não tem iniciativa legislante, mas, de tal modo, é importante o seu papel junto aos líderes — normalmente o Presidente dos Estados Unidos toma café com os líderes todos os dias, líderes do Senado e da Câmara — que o que ele deseja se transforme em projeto de lei, ele o faz através do Congresso. Muitas vezes, ele consegue isso. Nós estamos vendo, há um relatório, Ralph Nader, "Who Runs Congress", que trata dos problemas de decisão no Congresso americano. Nesse relatório, se diz que, na verdade, quem dirige o Congresso são os Senadores seniores. Os que entram em primeiro mandato não vão presidir Comissão.

Na França, por exemplo, tem o voto bloqué. Esse voto é praticamente o nosso decreto-lei, com uma diferença para pior, a meu ver, porque, além do art. 16 da constituição gaullista, que, segundo Oswaldo Trigueiro, dava ao Presidente da França o poder de um ditador romano; além disso, a Ordem do Dia, na França, só é feita de acordo com o Governo. De maneira que, se ele quiser pôr algum projeto na Ordem do Dia, põe; se ele não quiser, não põe. E não há, como aqui, a obrigatoriedade de colocar na Ordem do Dia, mediante determinado tipo de prioridade. Por exemplo: as medidas provisórias têm prioridade; elas, imediatamente, vão para a frente de todas as outras ma-

térias; os vetos são prioritários, ou então, os projetos que recebem regime de urgência. A missão Milton Campos, ao regressar da América e Europa, fez as seguintes recomendações: revalorização da função do Parlamento. Bom, nós estávamos debaixo do AI-5. Então, no AI-5, os quatro tipos de Parlaentos que hoje existem: um Parlamento Ativo, um Parlamento Reativo, um Parlamento Consultivo e um Parlamento meramente Câmara de chancela, legitimadora do Poder. Acho que, sem fazer nenhuma concessão à verdade, nós, aquela altura, tínhamos só um Parlamento Reativo. Não era mera Câmara de chancela, como, por exemplo, na ocasião, eram os partidos totalitários na Europa.

Na União Soviética, os Parlaentos reuniam-se quatro vezes por ano, três dias cada vez, apenas para homologar as decisões que o Politburo tinha tomado. Então, essa seria uma Câmara de chancela. O Consultivo ficava intermediário, o Reativo acho que era o nosso, embora não fosse um Parlamento ativo, era reativo, e a prova é que uma vez reagiu a uma Mensagem apresentada pelo Presidente Geisel, e foi fechado. Então, reagiu e recebeu resposta ao contrário. Foi a Lei da Magistratura — nós temos magistrados aqui e sabemos disso.

Mas conseguimos fazer emendas a projetos do Executivo. Muitas vezes a Oposição conseguiu esse êxito também, até em entendimento com a Arena e, posteriormente, com o PDS.

Hoje é um Congresso ativo. E, aí, é preciso ter muito cuidado para não caracterizar determinadas ilusões de algumas pessoas que pensam que o Congresso pode controlar o Executivo. É o grupo chamado governo parlamentar. No parlamentarismo, está certo, porque o Governo nasce dentro do Parlamento, mas no regime presidencialista isso não tem sentido. Então, a primeira questão era a revalorização da função do Parlamento. Isso implicava devolver ao Parlamento determinadas prerrogativas que o AI-5 havia tirado, porque foi um ato diretamente conflitante com o Parlamento.

Eu estava no Governo e acho que posso dar meu testemunho. O máximo que o Deputado Rondon Pacheco conseguiu foi que ficasse em recesso e não fosse suprimido o Congresso naqueles dias tão difíceis.

Depois, a valorização da palavra.

Isso é uma coisa extremamente difícil, acho. Creio até que nós, no Brasil, estamos ganhando um pouco em relação a outros latino-americanos, que fazem discursos fluviais ou oceânicos. Embora aqui não exista o sinal amarelo, há o vermelho. Aplica-se o vermelho, mas o Senador continuava falando e o Presidente continuava pedindo, instantaneamente que termine.

Os apartes são intermináveis. O Regimento da Casa diz que aparte não pode passar de dois minutos, mas, às vezes, o parteante entende que cada minuto deve ter 360 segundos vai por aí.

E, às vezes, truques, como eu usava quando Líder do Governo tendo que defender o Governo em pleno AI-5, uma dificuldade enorme de área para trabalhar nisso, e o Senador Brossard que era a estrela maior da posição no Senado; e eu escutava dois Senadores, dos quais Vice-Líderes que eu tinha, Senador Lomanto, da Bahia, e Senador José Lins, do Ceará para pedirem aparte ao Senador Brossard. E o Senador Lomanto baiano, fazendo jus à sua origem geográfica, pedia o aparte e dava interminável. E aqui o aparte interminável irritava o orador, especialmente o Senador Brossard, como gostava de fazer os discursos lendo — e lia muito bem quando eu percebia que ele estava perto da última página então eu pedia ao Senador Lomanto que pedisse um aparte. Ele, por cortesia, sempre concedia. Aquilo quebrava peroração.

Mas o aparte fluvial, realmente, é terrivelmente negaivo. Ainda no elenco sugestões:

1) "A revalorização do Parlamento como um homem Estado."

2) "A reorganização dos Partidos políticos, garantindo autenticidade de sufrágio universal", embora já há quem houvesse dito que, se república das plantas existisse sufrágio universal, as tigas afastariam as rosas e lírios.

Isso era uma recomendação para se começar a tentar a difusão do Parlamento brasileiro no quadro geral.

Eu era um jovem segundotenente e comprei um livro 1950. Está aqui: "Crise Democrática", escrito em inglês, de Harold Laski, que uma das grandes figuras do Labor Party, na Inglaterra

A primeira coisa que me tinha chamado a atenção — e eu não era político na ocasião — foi que Harold Laski estranhava muito que um candidato, na Inglaterra, fosse capaz de gastar mais na campanha do que ele ganharia em subsídios em todo o mandato.

Isso era em 1950. Estamos 40 anos depois e eu vejo isso no Brasil, hoje.

O jornal de ontem dizia que a eleição de um Deputado Federal num Estado do Nordeste — do Nordeste! — custaria dois milhões de dólares. Ele jamais ganhará dois milhões de dólares ao longo dos quatro anos de mandato.

Mas há várias razões pelas quais as pessoas podem querer vir para cá, inclusive aqueles que ganharam grande renome, por exemplo, no campo empresarial, e agora querem também ter um renome político, que é justo.

Mas o curioso é que Laski dizia que os Partidos têm que se preocupar em captar a opinião pública:

"As decisões dos homens, quando escolhem os seus governos, vêem-se influenciadas por considerações que escapam a toda a análise científica. Os eleitores votam contra um governo, apesar de seus méritos, porque por exemplo, esse governo permaneceu longo tempo no poder, e há o desgaste natural do poder. Outras vezes, os dirige simplesmente o pânico. E podem ver-se confundidos, os eleitores, enganados às vezes, pelo fato de que alguns grandes líderes mudam de partido político."

3) Literatura eleitoral. Laski afirma:

"Possui suas características próprias. Para alcançar seus fins, tem que ser suspicaz em todo o aspecto, cheia de vazias promessas, durante críticas contra os outros partidos, elaborada sobre atrozes lugares comuns, que ficarão gravados na mente do eleitor pelo menos até o dia da votação. As novas técnicas cinematográficas — na ocasião, não havia televisão — vieram a complicar, ainda mais, essa metodologia. Em ambos os casos, uma voz formosa resulta de muita importância. Em segundo lugar, a técnica de ator é fundamental para o candidato."

Estamos vendo isso, inclusive hoje, no Brasil em plena campanha pela televisão.

Houve, aqui, um projeto do Senador Mário Covas, para que não fosse permitido o uso da televisão pelo candidato, a não ser a apresentação ao vivo. Porque, se não faz a gravação, erra, corrige, erra de novo, corrige outra vez, depois produz um texto lido interessante ou, então, os locutores usam o tele-prompter, recurso que nos dá a impressão de que estão improvisando quando, na realidade, estão lendo.

Mas esse projeto não passou aqui.

E, agora, temos esse mesmo caso, em relação à conduta das agressões.

Meu Estado está simplesmente terrível; a campanha eleitoral chega a ofensas morais, as mais absurdas.

Mas não é só no Pará. Temos vários outros Estados, inclusive Estados importantes da Federação, em que a campanha se faz neste sentido.

Dai, por que, Rousseau já escrevia, no Contrato Social, que não acreditava no Regime Democrático Representativo.

Dizia que o próprio inglês, que era o mestre desse sistema, pensava que era livre e, na verdade, era escravo.

Então, o que dizia Rousseau nesse documento básico, nesse livro básico?

Dizia que o eleitor só era livre no dia da votação. A partir do momento em que ele votava, passava a ser escravo do delegado, que ele mandava em seu nome para o Parlamento.

O fato é que, se nós não tivermos democracia representativa, e não sei se hoje a Escola Superior de Guerra tem isso também entre os objetivos permanentes, teríamos de voltar para a democracia direta. Não tem muito sentido. Durou 200 anos na Grécia antiga. Mas, hoje, não dá mais para se reunir numa praça pública e resolver o problema.

Então, tem que haver, realmente, esse tipo de delegação.

A questão é como fazer a delegação.

Procura-se fazer através dos métodos que levem ao melhor resultado, como, por exemplo, o sufrágio universal, o voto secreto, as leis que impedem o

abuso do poder econômico ou do poder sindical.

Então, tudo isso teria que ser feito de maneira a garantir que a representatividade não passe a escravizar o eleitor.

Tenho muitas dúvidas se, quando nós votamos, nós, hoje, no Brasil, o fazemos levando em consideração o que o delegado vai fazer, do ponto de vista doutrinário, não digo nem ideológico, ou, se apenas votamos porque acreditamos naquela pessoa.

E, às vezes, a surpresa do eleitor que vota num candidato e, depois, se arrepende de ter votado.

E vem aquela estória: "Ah, se arrependimento matasse"...

Há um quadro muito característico de todas as eleições.

Já estou aqui em terceiro mandato e, em todas elas, tenho visto isto: toda vez, os que chegam vão renovar tudo, e tudo vai ser ótimo.

Campanha política é feita sempre nesta base: "agora, vai haver moral, vai haver trabalho".

Há uns casos absurdos. No Estado do Pará, um pequeno Município, muito pobre, chamado Aveiro — o meu Estado tem muita ligação com a colonização portuguesa; as cidades lá têm nomes portugueses — estava havendo uma campanha eleitoral de um vereador. No rio Tapajós, há muitos barcos navegando rio abaixo e rio acima. A gasolina, o diesel são pontos fundamentais para a campanha. E ouvi o vereador prometendo que, se eleito vereador da Câmara Municipal, ele iria baixar o preço da gasolina.

E, afinal, acreditaram e votaram nele.

De modo que, isso aí não se passa só nas grandes cidades.

Agora, o caso brasileiro.

Já me referi a Parlamento Representativo, e agora temos o Parlamento Ativo. Ele está de tal modo ativo, que a Constituição foi escrita, quando a Comissão de Sistematização ultimou os seus trabalhos, com o texto parlamentar.

Quer dizer, havia o Primeiro-Ministro, havia todo um texto parlamentar.

Uma emenda presidencialista, no Plenário, no grande Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, repropôs is-

so, e passamos de novo ao regime presidencialista.

Quando o Presidente José Sarney disse que estavam tornando o País ingovernável, foi muito atacado, aqui, na Câmara especialmente. Mas, na verdade, verifica-se que hoje há uma grande dificuldade para dirigir o País, com o texto híbrido, ou um texto que eu nem diria híbrido, mas conflitante.

Para mim, o exemplo mais nítido da pressão parlamentarista está nas medidas provisórias.

Quando eu era Líder e tinha de defender os ataques da Oposição, por causa do uso chamado abusivo do decreto-lei, este tinha pelo menos determinadas regras que obrigavam o pudor do Executivo. Havia restrições na Constituição.

A medida provisória foi tirada exatamente do texto italiano, portanto, de um regime parlamentarista, e colocada na Constituição brasileira, *ipsis litteris*. O que acontece? Hoje, nós estamos com 219 medidas provisórias, desde a promulgação da Constituição.

O Presidente Sarney editou mais 100; o Presidente atual edita numa, base de a quase dois dias, uma medida provisória. A medida provisória, tem apenas um pressuposto: que seja considerada urgente e relevante a matéria. Ora, isso parece-me que é extremamente subjetivo. Caso o Presidente ache que é urgente, ele manda; se achar que é relevante, ele manda também.

Logo, para modificar esse amplo espectro que o Presidente pode ter em relação aos seus condicionantes, o Congresso fez aqui uma primeira modificação. Obriga a Comissão Mista, que vai examinar a medida provisória, primeiro, a declarar a sua admissibilidade. Nós vamos dizer se é urgente e se é relevante, o que eu já acho que é algo violento em relação ao direito que tem o Presidente de fazer. Nós já estamos entrando no seu subjetivismo. E, ao mesmo tempo, a exemplo como esse, quando o Presidente Collor começou a fazer a nova organização do País, entraram os problemas dos automóveis, das viaturas oficiais e foi feita uma medida provisória que limitava ao Presidente e aos Ministros o uso do carro oficial. Esqueceram o Vice-Presidente da República. Em seguida, veio uma medida provisória urgente, não tão relevante, mas se precisava dar um automóvel ao Vice-Presidente da República.

Ao mesmo tempo, aparece uma diferença grande com relação ao antigo diploma do decurso de prazo.

O decurso de prazo foi instituído a partir do Movimento de 1964. Foi iniciativa do Presidente Castello Branco, porque os projetos podem demorar no Congresso eternamente. A Lei de Diretrizes e Base — há educadores, com certeza, na plateia — levou onze anos tramitando no Congresso. A Lei Orgânica da Previdência Social levou dez anos. O primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado em função da Constituição, levou todo o tempo aqui e nunca foi aprovado.

Então, baseado nisso, o Presidente Castello Branco colocou, através do Congresso, através de legislação, na Constituição de 1967, o direito de o Presidente da República poder enviar projeto em regime de urgência. Ele podia enviar em duas circunstâncias: 45 dias em cada Casa, ou com o prazo de 40 dias nas duas Casas. Então, a matéria era de tramitação urgentíssima; as duas Casas faziam uma Comissão Mista e, em 40 dias, a matéria tinha que estar votada; se não tivesse sido votada, entrava em decurso de prazo. Extinto o prazo, automaticamente era aprovada a matéria, o que levava a Oposição a se indignar com isso, porque grande parte da maioria, que era governista, quando a medida não era muito simpática, ou não era muito popular, ela preferia se ausentar. Ausentava-se e deixava que o decurso de prazo se desse, para não se comprometer publicamente com os seus eleitores por que achava que a medida era impopular. Mas, se havia prazo, tinha que dar uma decisão: ou a medida é aprovada, ou é rejeitada.

Então, a medida provisória, outra vez, inspirada na Constituição italiana, inverteu o projeto. Essa medida provisória agora tem um prazo de 30 dias. É tão importante que, se o Congresso tiver em recesso, por exemplo, e for editada uma medida provisória, imediatamente ele é convocado. E, se não convertida em lei, a medida provisória perde a eficácia desde a sua edição.

Inverteu-se o problema do decurso de prazo. Agora, o decurso de prazo desafia o Governo a aprovar o projeto de lei de conversão. Isso tem gerado grandes choques entre o Executivo e o Legislativo.

Agora, verifiquemos o que é que a Constituição colocou como reforço do papel do

Parlamento. Por exemplo: "Competência exclusiva do Congresso: sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites das leis delegadas".

Eu, por exemplo, achava que, quando houve o Plano Brasil Novo, o Plano Collor, cheguei a pensar que o melhor era fazer uma lei delegada. Em vez de ficar fazendo dezenas de medidas provisórias, dava-se uma lei delegada. E, se houvesse exorbitância em relação à aplicação da lei, eu tinha a Constituição na mão e, a qualquer momento, eu poderia revogar a lei delegada. Mas acharam que era demais. Agora, nós temos as medidas provisórias e na quantidade em que estão.

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária dos atos do Poder Executivo. Isso não era fiscalizado. Na verdade, foi feito antes ainda, já no Governo Sarney, quando o Senador Mauro Benevides conseguiu aprovar esse projeto. Regulamentava um texto da Constituição anterior. Então, nós temos uma Comissão de Fiscalização Orçamentária da União. A qualquer momento, é convocado um Ministro, um Secretário de Estado para ser sabatinado, em relação ao Orçamento e às despesas que a União faz.

Concessão de Emissoras de Rádio e TV.

A Constituinte resolveu passar isso para o Congresso. Era um poder de império do Executivo. Ele distribuía as emissoras de televisão nascentes ou estações de rádio. Qual seria a outra forma de fazer? Em primeiro lugar, faz-se uma comparação quanto à capacidade técnica do projeto. Os projetos são bons. São aprovados 3, 4 ou 5, e o Presidente tinha que se definir por um. Aí entrava a oração de São Francisco: "É dando que se recebe". O sujeito apoiava o Governo, e o Governo apoiava o Deputado. Hoje, nós temos aqui uma quantidade grande de Deputados ligados a estações de rádio.

Admite-se que isso esteja errado. E o que se fez para corrigir? Passa-se para o Congresso. Eu tenho as minhas grandes dúvidas se o Congresso vai distribuir isso melhor. Porque o que vai acontecer, com certeza, aqui, é que, quando vier a indicação, uma parte dos Congressistas trabalhará para que os outros Congressistas se comprometam com ele para dizer: "Você aprova a minha que eu aprovo a sua". Então, não me parece que, em

outros termos, nós não possamos ter uma garantia de absoluta lisura e correção nessa distribuição.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União. Pela nova Constituição, o Presidente deixou de ter o direito de fazer a indicação, a não ser de um terço; dois terços são indicados pelo Congresso.

Aprovar iniciativa do Poder Executivo, referentes a atividades nucleares. Eu tenho quase a certeza de que nós não teríamos, se prosseguíssemos na intenção de aumentar o número de usinas nucleoeletricas no Brasil, mais nenhuma aprovada. Porque vi quando surgiu isso aqui, em relação ao que já existe em Angra dos Reis. Todos os Deputados do Rio de Janeiro, ligados a Angra dos Reis, não querem de jeito algum ver lá uma usina nuclear funcionando pelo pavor, principalmente, depois de Chernobyl.

Possivelmente será muito difícil. Quando o Presidente Geisel fez a proposta da construção de 8 nucleoeletricas foi apenas, para complementar a geração de energia primária, e isso já está comprometido.

Aprovar pesquisas e lavras de minérios, ou aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Também é hoje competência privativa do Congresso.

Aprovar alienação ou concessão de terras públicas com mais de dois mil e quinhentos hectares — antes, eram, quatro mil hectares; agora, baixaram para dois mil e quinhentos.

Agora, as competências exclusivas do Senado:

Autorizar operações externas, de natureza financeira, desde a União até os Municípios.

Dispor sobre limites globais e condições para as operações de créditos externos e internos, até para as autarquias.

Isso deu margem para a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a dívida externa. Como é que a dívida externa brasileira foi feita? Primeiro, veio a tendência policialesca de querer responsabilizar os que fizeram a dívida externa. Suspeição de que pessoas fizeram negócios e receberam propinas. Eu vi suspeições sobre Ministros da época. A punição inclusive, atingiria até o Dr. Tancredo Neves, como Governador, e, também, o Dr. Franco Montoro, que tomavam empréstimos como Governadores,

e os Ministros de Finanças, desde o Presidente Castello, Ministros de Planejamento e Finanças, até o Presidente Figueiredo.

O fato é que essa dívida externa, por exemplo, no Brasil, depois dessa Comissão de investigação, foi examinada em profundidade. Ficou provado que nós podemos mostrá-la, ao passo que outros países não podem fazê-lo. Dizem que o México não pode mostrar onde aplicou toda a dívida externa que acumulou. Na Argentina, o problema, provavelmente, é explicado pela Guerra das Malvinas, como nós chamamos, ou Falklands, como chamam os ingleses.

Agora, há uma tentativa de considerar ilegítima a dívida externa, portanto, não pagá-la; porque no período dos Presidentes Militares, dos Generais não foi ouvido o Congresso e a Constituição da época reclamava que o Congresso fosse ouvido. Mas pode-se imaginar o que pode acontecer agora, com uma declaração de ilegitimidade em relação aos credores. Essa discussão deixa de ter sentido, porque qualquer novo empréstimo — conforme este acordo, sendo negociado agora mesmo com o FMI — tem que passar pelo Congresso; tem que ser aprovado pelo Congresso, como se fosse um tratado internacional.

Garantias da União em operações de crédito externo. Aprovar, por voto secreto, a indicação de autoridades após a arguição. Então, é muito comum, aqui no Senado, ouvirmos os candidatos a embaixadores. Eles vêm, são sabatinados, vota-se secretamente na comissão e, depois, o voto é secreto no plenário. Antigamente, a sessão era toda secreta; agora, a sessão é pública; apenas a votação é secreta, pois pode haver acusações feitas no plenário, e isso não apenas para os embaixadores, como para os membros de Tribunais Superiores, do Supremo; passam pelo Senado obrigatoriamente.

A novidade introduzida na Constituição atual é que também passam pelo Senado a indicação de Presidente, dos Diretores do Banco Central, e do Procurador-Geral da República.

De modo geral, os embaixadores nunca recebem unanimidade; há sempre votos contrários. E, por fás ou por nefas, existe restrição. Lembro muito a frase do famoso Governador Benedito Valadares, que dizia: "A votação secreta dá uma vontade de trair"... Quer dizer, o senador vota "não", só para o

candidato não passar por unanimidade.

A distribuição da Receita Tributária é outro ponto que levou o Presidente Sarney a declarar a ingovernabilidade do País.

Hoje, 47% da receita proveniente do IPI e de ICM vão para os Estados e Municípios, e 3% desses 47% para regiões chamadas, ainda, não desenvolvidas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

O Governo já está com grandes dificuldades de fazer projetos, como fez no passado, de hidrelétricas, de grandes estradas, etc., porque esse dinheiro já foi praticamente carregado para os Estados. O Ministro Delfim Netto costuma dizer: "Agora quero ver, por exemplo, o Piauí construir uma hidrelétrica". E a Nação não pode mais fazer, porque esse dinheiro já desapareceu com o que ela gasta na folha de pagamento de seu pessoal, e mais 47% distribuídos. O Piauí é sempre uma indicação que se faz, até muito desonesta... Eu vi grandes talentos do Piauí neste Congresso. Eu quero recuperar-me, porque começaram a olhar para um piauiense aí. (Risos.) Mas o que eu digo é verdade, a começar por este auditório: "Petrônio Portela". Muitas vezes, eu disse a ele: "Não pense você, Petrônio, que chega à Presidência do Senado, porque você está baseado no prestígio do Piauí. A Bancada é pequena. Você chega pelo prestígio pessoal". Agora, muita gente chega a posições de relevo no Congresso, por trás de uma grande bancada poderosa, como a bancada paulista, a bancada mineira, a bancada carioca ou fluminense. O que não desmerece o mérito; mas ao mérito se conjuga uma pressão de bancada. E quem vem do Pará, do Piauí, ou do Acre, evidentemente ou arranja o seu caminho por si próprio ou então não pode pensar em esforço de bancada. Eu espero agora que nem os paraenses, nem os acreanos fiquem zangados com essa observação.

Em resumo, fim do presidencialismo imperial. Aquele presidencialismo que podia tudo, hoje está altamente cerceado. Fim do decurso de prazo, reforço das atribuições das Comissões Parlamentares de Inquérito. Hoje, a Comissão Parlamentar de Inquérito pode concluir encaminhando ao Ministério Público, para promover a responsabilidade do indiciado. Lembrem-se que houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda no Governo do Presidente José Sarney, chamada CPI da Corrupção que acabou

querendo indiciar o próprio Presidente da República e vários Ministros. Mas, de acordo com o próprio texto constitucional, foi barrada a continuação da sua tramitação pela Mesa da Câmara.

O Procurador-Geral, que tem ultimamente se caracterizado muito pela sua independência, ele mesmo entra em ação judicial para derrubar medida provisória, e assim por diante. Ele era demissível **ad nutum**: era nomeado em português e demitido em latim; agora, ele é garantido pela Constituição. A sua aprovação é por maioria simples, ou seja, 38 Senadores presentes: se 20 votarem a favor e 18 contra, está aprovada a indicação. Mas, para ele ser exonerado, o Governo tem que mandar um pedido ao Senado e o Senado só pode decidir por maioria absoluta, ou seja, quando se tratar de número par, será metade mais um; número ímpar fica difícil porque não há meio homem. Mas, de qualquer maneira, chama-se metade mais um. Isso deu muita força também a essa área da Procuradoria Geral da República.

Competência Terminativa das Comissões.

É uma invenção que vem da experiência alemã. O Deputado Nelson Jobim foi a grande figura dessa introdução. Temos, no plenário do Senado, 75 Senadores e é muito difícil, extremamente difícil, termos 75 Senadores presentes. Na Constituinte, quando trabalhávamos com 400 dos 559 Constituintes, era uma festa. Houve apenas duas votações em que compareceram mais de 500: a votação pelo presidencialismo e a votação pelo mandato do Presidente José Sarney de 5 anos, que, quando vi chegar a 550, fiquei preocupado... e foi a 551, 552, 553, 554, 556 - fiquei ainda mais preocupado - 557, 559, por sorte, não foi para 560. Todos os Constituintes compareceram. Houve gente que veio em cadeira de rodas e votou. Fora disso, um dos pontos que vou caracterizar aqui como desempenho do Legislativo, com descredito junto à opinião pública, é o absentismo, os que não vêm e ganham o mesmo dos que vêm e são muito bem pagos - esse é um ponto que nos deixa mal.

Para contornar esse problema de plenário sem número para votar, o Deputado Jobim resolveu propor e nós aceitamos o sistema alemão. Então, as comissões têm competência terminativa, exceto quando se tratar de uma proposta de lei complementar, mas, fora disso,

uma lei comum tem competência terminativa. Isso quer dizer que a comissão é que vai decidir.

Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça tem 51 membros, mas as Comissões do Senado são bem menores. Pode haver um momento de desvantagem da solução em que uma maioria de 8 pessoas sobre 4 outras pode decidir por um projeto de lei e, aí, se não houver recurso para o plenário, que deve ser apresentado por um décimo da Casa, vai direto para a Câmara se o projeto se originou no Senado, ou, então, se vier da Câmara, vai direto para sanção.

Com isso, flexibiliza-se, dinamiza-se a solução, mas corre-se o perigo de ter uma decisão que escape do Plenário e seja muito importante que se dê por um número pequeno de pessoas.

Estamos com um grande elenco de leis a fazer, leis complementares e leis comuns, para ultimar a Constituição, pois o número chega a 200 leis complementares e ordinárias, o que também foi uma consequência da forma pela qual nós trabalhávamos na Constituinte.

Como o Senador Mário Covas instituiu o regime de Lideranças, havia reuniões de Liderança. Ele admitiu que cada Líder, não importando os membros da Bancada, teria praticamente o poder de veto. O Partido Comunista Brasileiro tinha três Deputados, onde Roberto Freire era o Líder; o Partido Comunista do Brasil tinha cinco; o PT tinha dezenove, mas cada Líder desses pequenos Partidos tinha o poder de vetar a solução de consenso e, havendo isso, o recurso que se encontrou foi este: "na forma da lei". Então, jogava-se para adiante qualquer dificuldade: "na forma da lei". Assim, ficaram duzentos mandamentos da Carta Magna, na forma da lei, ou da lei complementar, para serem resolvidos agora. É o descredido do Poder é de tal ordem, quando se trata de Congresso, ainda é um pouco melhor, mas, quando se trata de políticos, ganhamos a competição da rejeição. Todas as pesquisas colocam os políticos em último lugar e a imprensa em penúltimo. De modo que a imprensa, preocupada em não perder seu lugar, preocupa-se também em nos manter sempre com essa referência, de modo a ficarmos os últimos.

Há o Parlamentar periférico, que é considerado como tal. É o que ele é? É interessante caracterizar para as Srs. e

Srs., porque é muito bonito, sem dúvida, eu mesmo já repeti a expressão de Churchill, que dizia que o político preocupava-se com a próxima eleição e o estadista, com a próxima geração. Todos os estadistas que vi passarem por aqui - todos de renome - tiveram cada vez menos votos nas suas bases: Octávio Mangabeira, para citar um só; Arthur Bernardes, cuja última votação foi quinto suplente da Bancada Federal de Minas; Krieger era um homem - até diria - cortado pelo Presidente Castello, que tinha por ele um grande afeto, e também pelo Presidente Costa e Silva. Krieger não chegou a ser nem Senador biônico, porque todos nós, que temos uma capacidade de abrangência maior, que, pela nossa participação, passamos a ter caráter nacional, automaticamente nos afastamos das bases, frequentamos menos as bases, e que João Neves da Fontoura dizia, com toda razão: "política é presença. O eleitor quer ter o aperto de mão de político de sua preferência, não quer vê-lo só pela televisão ou pelo jornal como notícia. É aquele mais medíocre ou menos talentoso não vive aqui em Brasília, nos plenários, nas Comissões, vive lá na base eleitoral. Fica com sua clientela permanentemente trabalhando.

Então, mais ainda, como o centro do poder não passava por aqui, o Deputado e o Senador trabalhavam onde o centro do poder era efetivo, isto é, no Palácio do Planalto e nos Ministérios. E, quando se perguntava: "o que esse deputado fez pelo meu município, mandou ou não construir uma estrada, fez ou não três postos de saúde? E quem estivesse discutindo a questão de institucionalização do País, as grandes questões institucionais estava brilhando aqui e perdendo oportunidades nas suas bases. Essa é uma característica.

Concluo, Sr. Tenente-Brigadeiro, dizendo aquela velha história: O Congresso é ruim, de fato. Mas, ruim com ele, pior sem ele.

Quando eu era um jovem estudante de ginásio no Pará e era líder do meu diretório, presidía o diretório, eram tantas as acusações feitas à Assembleia Legislativa e ao Congresso que, quando o Dr. Getúlio Vargas, em 1937, fechou o Congresso e, conseqüentemente, as Assembleias, fui às ruas, ao lado dos meus colegas, vibrando, saudando por terem fechado esta Casa de escândalos em geral. Mergulhamos 7 anos no Estado Novo! Concluo: es-

tamos aqui no Congresso Nacional. Não diria que onde existe o Congresso, existe liberdade, porque há os Congressos que chamamos de chancela, os meramente consultivos, mas, também, poderia dizer: onde não há congresso, seguramente não há liberdade. Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

A SRA. APRESENTADORA — Teremos 10 minutos de intervalo. (Pausa.)

Estão abertas as inscrições para os debates. (Pausa.)

São orientações para os debatedores inscritos: a formulação da pergunta será feita por este microfone, começando o estagiário aqui, adiante da tribuna. Teremos a ajuda da administradora Marta, que vai passar o microfone.

Inicialmente, com 7 debatedores inscritos, chamamos o primeiro, advogado Pina Ribeiro. O seguinte será o administrador Diniz.

O SR. PINA RIBEIRO — Senador, sou o advogado Pina Ribeiro, do Ministério da Educação, servindo no Paraná.

Na hipótese de que venha a prevalecer o sistema parlamentarista de governo e admitindo-se que nem os partidos políticos estejam suficientemente definidos, com claras linhas programáticas, ideológicas e nem o serviço público tenha sido profissionalizado, que cenário estabeleceria V. Ex^a para a Administração nacional?

O SR. JARBAS PASSARINHO — O cenário, eu não seria nada otimista em relação a ele. Se essas duas premissas se realizarem, teremos uma sucessão de governos que caem e atos que são irreversíveis na administração pública porque justamente esses dois fundamentos são os que seguram o regime parlamentar.

Quando fui Ministro do Trabalho e Previdência pela primeira vez, fui a Roma para fazer um acordo bilateral com a Presidência italiana. Quando cheguei, o Governo tinha caído. O Embaixador me recebeu e disse-me: "O Governo caiu esta tarde", e era à noite que eu estava viajando. Disse-lhe, então: "vou-me embora. Ele me disse: "Não, o Sr. vai conversar com burocratas". Burocratas, para nós, é alguma coisa que passa pela garganta com dificuldade. Fui conversar com os burocratas.

O Chefe de Gabinete, lá, do Ministro da Previdência, era o

que antigamente tínhamos aqui como Secretário-Geral. Só que era quadro de carreira e era inamovível. Então, os governos chegavam, o governo da democracia cristã, o governo socialista, como depois apareceu, mas com maioria de democracia cristã — aquele pacto de entendimento — e davam apenas a tendência política. A tendência técnica era totalmente mantida no Ministério pelo Secretário-Geral, que era o Chefe de Gabinete.

Fiz o acordo e tive que ir ainda à Conferência da Organização Internacional do Trabalho. Voltei ao Brasil e já havia um novo governo em Roma e já tinha aprovado o acordo, e nós ainda não.

Se não tivérmos esses partidos como o senhor caracteriza e uma democracia organizada onde o ministro que chega não demita desde o Secretário-Geral até o rapaz que serve o cafezinho, como é hábito entre nós, então, o parlamentarismo me parece inviável. Os parlamentaristas se defendem dizendo que só se aprende a nadar nadando. E que o presidencialismo, até agora, não proporcionou a existência desses partidos e dessa burocracia.

A SRA. APRESENTADORA — Segundo debatedor, Administrador Diniz. O terceiro será o Engenheiro Gondim.

O SR. DINIZ — Administrador Diniz, da Light Serviços de Eletricidade, Ministério da Infra-Estrutura, Rio de Janeiro.

Sr. Senador, recrudescer recentemente a discussão sobre a legitimidade da votação secreta no Congresso. Afinal, seria um direito de o eleitor conhecer a posição adotada por seu delegado em todas as ocasiões. Qual o entendimento de V. Ex^a sobre o tema?

O SR. JARBAS PASSARINHO — A votação secreta não deve ser eliminada. Veja o senhor que faiei, ainda há pouco, quando votamos as autoridades. O nosso Ministro aqui foi sabatinado três horas seguidas. Depois, o voto secreto é uma garantia do votante, no caso do Senado, de total independência em relação às pressões que ele possa receber do exterior. O exterior que digo é o exterior do plenário.

O outro voto secreto que existe é para a apreciação do veto. Também é uma garantia do Deputado e do Senador, em relação ao poder do Governo e, às vezes, é o contrário. Ele quer ser agradável ao Governo, num partido que é de Oposição,

e vota com o Governo porque o nome dele não vai aparecer. Nesse caso, é reprovável. Mas, quando ele se defende de pressões possíveis, no meu entender, é perfeitamente correto.

A SRA. APRESENTADORA — Terceiro debatedor, Engenheiro Gondim. O seguinte será o Juiz Brasil.

O SR. GONDIM — Senador, o esvaziamento eleitoral dos políticos que são verdadeiros estadistas, conforme descrito por V. Ex^a, não configuraria uma grave e talvez irreversível falha do sistema democrático representativo?

O SR. JARBAS PASSARINHO — É sobre isso exatamente que se detêm alguns dos analistas políticos ou cientistas políticos. É a respeito da qualidade do representante. Mas, ganhei uma lição aqui, no meu segundo mandato. Era candidato a Senador, pelo Rio Grande do Norte, o Deputado Djalma Marinho. Era uma figura tida, por todos nós, como um homem admirável pelo saber e pela compostura. Era um pouco assim abstrato porque, às vezes, ele vinha com uma meia de uma cor e a outra meia de outra. Isso era motivo de troça, de brincadeira, mas sempre muito respeitado. Foi seu concorrente, no Rio Grande do Norte, uma pessoa que era conhecida como ex-marinho, tatuado. Foi um bom Senador, o Sr. Agenor Maria. Já a Arena começava a declinar, eu já tinha sido um dos últimos a ganhar na própria Capital do Estado, e a Arena tinha se transformado, cada vez mais, num Partido rural. O Djalma Marinho foi vencido e eu usei esta expressão quando os jornalistas me perguntaram: — "por isso que ainda tenho as minhas dúvidas sobre a eficácia da democracia representativa no Brasil".

Depois, chegou o Agenor Maria, não conhecia a safra de 74 que me coube defender o Governo contra ela, que era Brossard, Franco Montoro, Orestes Quercia, Leite Chaves, Marcos Freire, Roberto Saturnino que, em matéria de Economia, era realmente muito bom, e comeci a prestar atenção a Agenor Maria. Ele falava, tinha um discurso praticamente decorado: falava sempre sobre a perversidade da prevalência do capital sobre o trabalho. Em plena ciranda financeira como andávamos, ele tirava muito partido daquilo. Um dia, dei um aparte. Disse-lhe: "quero me redimir de ter usado essa expressão em relação a V. Ex^a, com relação a Djalma Marinho, indiretamente a V. Ex^a". Acho que fui também para o lugar comum: "Acho que o Senado

não seria uma representação completa do País, se não tivesse um homem como V. Ex^a aqui. Ele mandou tirar cópia desse aparte e mandou publicar no Rio Grande do Norte, com grande efusão.

Tempos depois, ele foi à Tribuna e começou a ler discurso escrito. Ele era o que chamamos o "meetingueiro", falava muito bem para o povo em geral, e aí começou a ler um discurso sobre macroeconomia. Eu estranhei como rapidamente o Agenor Maria se transformou num grande conhecedor de Economia no Brasil. E fiz uma pequena perversidade. Quando ele estava perto do fim do discurso, pedi um aparte. Ele estava pondo em dúvida as reservas cambiais que tínhamos e eu lhe perguntei: "V. Ex^a poderia dar-me uma informação a respeito dos índices de solvência da economia nacional nesses anos que V. Ex^a está criticando, isto é, relação entre a dívida externa líquida e as importações?"

Ele me disse: "Chegarei lá". Falou, falou e não chegava lá. Quando chegou perto do fim, eu insisti e ele disse-me: "chegarei lá". Quando ele ia terminando o discurso, o Senador Magalhães Pinto estava na Presidência, ele terminava o seu tempo e eu aí levantei e fiz outra perversidade: como Líder, pedi que deferisse o meu tempo para ele, a fim de que tivesse oportunidade de me dar a resposta sobre a minha pergunta. Ele não gostou nada daquilo porque ele queria acabar o seu discurso. Aí, usou mais os meus 20 minutos; decorridos 15 minutos dos 20, ele não dava resposta; estava falando em Pedro I. Aí, virei-me para ele e disse-lhe: "perdão, V. Ex^a há de se permitir dar-me essa resposta antes da abdicação de Dom Pedro?" Terminou o tempo, ele não me deu a resposta. Fomos para o café e ele me fez um gesto, não observei, mas de qualquer maneira não muito parlamentar, brincando comigo: "aqui para você, eu não sei nada daquilo".

Aí, pedi-lhe: "Agenor, não faça isso, você é respeitado por nós exatamente pela sua autenticidade. Você fala sobre ICM - eu disse nada entendo - e você discorre perfeitamente sobre o assunto. Você trata do problema do algodão lá do Seridó, etc., e eu nada sei sobre isso. Você nos dá lição, mas não caia nessa tolice de abordar um assunto que não seja do seu conhecimento.

Há, infelizmente, ainda quem aqui se sirva de discursos perdidos, feitos pelos assessor-

res, que são especialistas, e a pessoa vai lê-lo. Engaja-se em um debate, e se dá mal, porque não tem capacidade de sustentação do texto.

A SRA. APRESENTADORA - Quarto debatedor, Juiz Brasil. O seguinte será o Engenheiro Sérgio Figueiredo.

O SR. BRASIL - Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro. Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a afirmou que é difícil a eleição do estadista - ainda o mesmo tema - e sabemos que tem de haver a representação democrática e os "Agenores" têm de aparecer no Congresso. Pergunto a V. Ex^a: tecnicamente, não seria interessante, então, o voto distrital misto do sistema alemão, ou algo aperfeiçoado, para preservar os estadistas?

O SR. JARBAS PASSARINHO - Em casos de adoção de regime parlamentar, sou inteiramente favorável ao misto, ao híbrido, como foi proposto por Milton Campos, por Tarso Dutra. Embora, Meritíssimo, veja que o próprio voto distrital, em si, não pode ser muito censurado. Senão vejamos! Churchill foi eleito em voto distrital e não era vereador, era um estadista; a Sr^a Margaret Thatcher, hoje Primeira-Ministra, foi eleita pelo voto distrital. Então, tem sido uma discussão que, confesso a V. Ex^a, eu não tenho até agora uma conclusão. A cada momento, chega uma situação particular, vai mudando a situação geral. Então, eu não sei se o voto distrital é preferível ou não.

Acho que no caso da cultura brasileira, essa proposta de V. Ex^a, e que é o voto distrital misto, é melhor. Por quê? As figuras que, dentro do Estado, têm maior abrangência na receptividade eleitoral, eles vão para a lista geral. Os outros que são líderes localizados vão para o voto distrital puro. Uns dizem: - Ah, isso favorece o poder econômico! Outros dizem exatamente o contrário: combate o poder econômico! Vejamos, por exemplo, no ABC, se fosse um distrito, quem ganharia o Deputado Lula, com todo um dinheiro derramado? Então, é discutível.

Mas há outro sistema, como o francês, por exemplo. O sistema eleitoral francês, para evitar que o partido comunista, depois da Segunda Guerra, chegasse ao poder, fez então o voto distrital, de tal modo que um grande centro industrial valia a mesma coisa que uma pequena área contigua rural: um voto contra o outro. Então, nessa área con-

tígua rural, o poder de pressão, o poder de autoridade funciona. Eu acho que a coisa que serve para uma, serve também ao contrário. Mas eu, se tiver de votar pelo parlamentarismo, lutarei por essa idéia que V. Ex^a trouxe.

A SRA. APRESENTADORA - Quinto debatedor, o Engenheiro Sérgio Figueiredo, o seguinte será o Juiz Moura.

O SR. SÉRGIO FIGUEIREDO - Engenheiro Sérgio Figueiredo, empresário do setor de café.

Senador Jarbas Passarinho, o Poder Executivo está propondo a extinção da contribuição sindical obrigatória. Qual o seu prognóstico sobre a repercussão dessa medida no Congresso, considerando a sua atual condição de Senador e de ex-Ministro do Trabalho?

O SR. JARBAS PASSARINHO - Eu acho a extinção salutar, mas eu teria um certo cuidado. Vou dar um exemplo a V. S^a, relacionado comigo: Ministro do Trabalho - eu tinha horror de ser, não Ministro do Trabalho, mas, sim, Ministro da Previdência. Resisti muito junto ao Presidente Costa e Silva até que ele me disse: - "Eu não estou convidando você para distribuir o poder comigo; estou convidando para ter responsabilidade".

Fui para o Rio de Janeiro porque o Ministério, como sabem, estava sediado lá. Eu fui o primeiro Ministro morador em Brasília, porque eu despachava com o Presidente Costa e Silva na segunda-feira e, como tinha residência aqui, eu ficava sábado, domingo e segunda; na terça-feira, no primeiro Eleitorado, eu ia para o Rio de Janeiro. O Gabinete me colocou no Hotel Glória. No fim da semana, veio a conta. E eu perguntei ao meu Chefe de Gabinete e ao Secretário, por onde se pagava isso, porque não tinha diária. Eu ainda falei com o Presidente: mas eu saio daqui, a sede do Poder é Brasília... Não, não quero; dar diária a Ministro. E eu tinha diária de pousada e alimentação, como eu me acostumei na vida de Exército, eu saio, deve ser aquele valor. Não havia!

Para encurtar a história, quando eu fui ver, sabe por onde pagava? Pela contribuição sindical. Então, quer dizer, o trabalhador descontava um dia do seu salário no ano, para que o Ministro pudesse viver no Hotel Glória. Chamei a mim as minhas despesas e mudei para o fundo do Hotel Olinda, e, depois, para a casa do meu Chefe de Gabinete, e fiquei

lá. Nós chamamos no Exército "de rancho", quer dizer, morando junto, no último quarto, com o seu filho. Porque pagava-se muito mal ao Ministro de Estado. Ainda hoje, não se paga bem.

Então, o que era antes um imposto, depois virou contribuição sindical, mero eufemismo; na verdade, é um imposto. Agora, eu me pergunto, Engenheiro, se a retirada imediatamente dessa fonte de recursos vai proporcionar a que os sindicatos menores, de ambos os lados, patronal e de categoria não, econômica, possam sobreviver. É a dúvida que eu tenho. A CUT está batendo palmas, o PT está batendo palmas ardorosamente à imediata extinção, então, é bom para eles também. Agora, um pequeno sindicato não vai ter condições de proporcionar, inclusive, assistência como eles proporcionam — um pequeno sindicato rural, um pequeno sindicato especialmente industrial.

Apresentei, hoje, uma emenda fazendo com que essa extinção seja gradativa, seja 20% ao ano, em 5 anos, ela acabaria. Com isso, dava tempo a essas organizações de se reestruturarem. No seu quadro pessoal, que me parece que é patronal, as Confederações sobreexistiram, algumas federações, eu tenho dúvida; e alguns sindicatos não.

A SRA. APRESENTADORA — O sexto debatedor é o Juiz Moura, a seguir, será a Professora Heloísa.

O SR. MOURA — Senador Jarbas Passarinho, como V. Ex.^a vê a efetiva utilização do recall, instrumento legal que pode utilizar o eleitor norte-americano, para controlar a atuação e o desempenho dos seus parlamentares?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não percebi qual é o instrumento, Sr. Juiz.

O SR. MOURA — Recall.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Recall... O meu inglês não chega até lá. Recall, para mim, seria rechamada. Como funciona esse instrumento? Eu não sei e não teria vergonha de lhe perguntar.

O SR. MOURA — O eleitor pode provocar a cassação do mandato do parlamentar que ajudou a eleger se este vier a comportar-se contrariamente à sua opinião.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso, naturalmente, dificilmente passaria. Digamos: eu fui eleito com 400 mil votos, quan-

tos votos são necessários para suprimir o meu mandato? Eu, infelizmente, também não sei. Acho que, talvez, não tenhamos chegado ainda a esse aperfeiçoamento.

Temos, hoje, a ação pública que é um sucedâneo, pode ser feito. Tenho muitas dúvidas. Dr. Juiz, se nós podemos fazer isso no Brasil com esse *Changer de Chevaliers* que existe nos partidos.

Há pessoas que passam de um partido para o outro, no máximo de dois em dois meses. Então, isso traria para nós consequências muito difíceis, muito desagradáveis porque antes tivemos o diploma da fidelidade partidária. Foi muito discutida, foi derrubada e, agora, muitos desejam que ela volte, também por causa disso. Inclusive, não é só faltar ao eleitor, porque me parece extremamente difícil que um eleitorado desse, disperso, possa ter homogeneidade no seu pensamento, para dizer: "esse Senador e esse Deputado não estão fazendo aquilo, para o qual nós os elegemos". Era preciso que houvesse uma homogeneidade do eleitor que caracterizasse... ele foi eleito para defender o parlamentarismo e virou presidencialista. Aí, muito bem! Mas ele foi eleito para aprovar ou não uma medida transitória do Governo? Como é que eu posso julgar?

Então, acho difícil que se aplique isso na sistemática brasileira. Não sei se decepção o Senhor pela segunda vez, na primeira, foi não saber o que era recall.

A SRA. APRESENTADORA — A sétima debatedora, agora num total de 10 inscritos, é a Professora Heloísa. A seguinte será a Psicóloga Cristina.

A SRA. HELOÍSA — A opinião pública é conduzida a acreditar que o Congresso Nacional gasta demais e realiza um empreguismo desenfreado. Sabe-se que, atualmente, o Poder Legislativo recebe menos — cerca de 0,5% do PIB — do que anteriormente, cerca de 0,8% do PIB. Nos anos 70, chegou a ser 1,6% do PIB.

Qual a verdade quanto aos gastos e cargos burocráticos do Congresso Nacional e a quem pode interessar o desgaste do Poder Legislativo perante a opinião pública?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Professora, talvez hoje, o último dado de que dispomos do Legislativo Federal, pesando sobre o Orçamento, é menos de 0,3% do PIB — 0,265%. Mas essa

informação também não diz tudo. Podia haver um Congresso com muito menos pessoas e, provavelmente, até com maior eficácia. A questão é que esse número de pessoas cresceu a título de assessorar os Congressistas.

Recebi há dias, em nome da Presidência do Senado Federal, uma delegação finlandesa. A primeira agradável notícia que tive foi que mais de 30% da Câmara dos Deputados da Finlândia é constituída de mulheres. Uma deputada me perguntou quantas pessoas eu tinha no meu gabinete de Senador para me auxiliar, pois, na Finlândia, não há nenhum auxiliar. Eu disse que, se completasse a lotação permitida, teria 21 pessoas, incluindo secretários se sucedendo de manhã, de tarde e de noite, muitas vezes, terminamos aqui uma votação às 2, 3 ou 4 horas da manhã. Já presidi sessões, no Senado Federal, que começaram num dia e terminaram no outro, 24 horas depois do seu início e o Gabinete tem que estar funcionando.

Por iniciativa do Senador Paulo Brossard, apareceu o assessor direto do Senador ou do Deputado; precisava ter curso superior e uma série de requisitos para ser nomeado. Houve depois, talvez, uma leniência grande, uma facilidade de nomear pessoas, porque Brasília é uma cidade terrivelmente reivindicante. Não há indústrias. Brasília tem apenas comércio e é uma cidade de funcionários públicos. De maneira que a pressão sobre o serviço público era muito grande tanto no legislativo, como no Executivo, como no Judiciário.

O que se passa conosco — a título de mera observação — é que a imprensa não nos perdoa. Toda vez que aparece um plenário vazio, no dia seguinte, toda a população brasileira que lê jornal vê o plenário vazio. Quando ficamos até à 2 horas da manhã, 3 horas da manhã, não aparece, até porque não é mais notícia para os jornais. V. S.^a perguntou a quem interessa? Penso que interessa a quem talvez pense que, destruindo o Parlamento, se possa ter uma substituição em regime autoritário de um lado e de outro. Não vejo outra saída. A quem serve destruir o Congresso? E quantas coisas têm sido feitas de maneira absolutamente injusta?

Posso falar com relativa isenção, porque não sou maltratado pela imprensa em geral, apesar de dizerem que o meu passado me compromete porque servi a três Governos presidi-

dos por Generais no Brasil. Nunca fugi das minhas responsabilidades, sempre as assumi, de 1964 para cá, não com arrogância, mas com firmeza da minha posição. Se me perguntarem se me arrependi de alguma coisa na vida, é evidente que de alguma coisa na vida qualquer um de nós deve ter um arrependimento. O único que tive foi o de ter participado, como Major, de discursos no Clube da Aeronáutica e depois no Clube Militar, que levaram ao que eu não esperava: a deposição do Dr. Getúlio Vargas e ao seu suicídio. Mas, em nenhum momento, eu o ataquei pessoalmente. Até mesmo quando foi assassinado o meu colega de turma do Exército, o Major Vaz, da Aeronáutica — quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, passou para a Aeronáutica — e saímos para pedir justiça em relação ao assassinio que havia sido feito, em nenhum momento ataquei a pessoa do Dr. Getúlio Vargas. Apenas dizia, citando Maritain, que "o poder e a autoridade são indissociáveis". Se se dissocia o poder da autoridade, quem perde a autoridade fica vulnerável em relação à manutenção do poder. Quando uma guarda pessoal de um Presidente tomou a iniciativa de matar um jornalista, que era seu opositor, o poder ficou isolado da autoridade. Esse foi o meu argumento.

Eu disse ainda há pouco — e V. S.^a ouviu — que saí para a rua como jovem ginásiano, saudando o fechamento do Congresso, mergulhei no Estado Novo; o Dasp substituiu o Congresso; fazia todos os atos.

O General Pinochet, a quem conheci, presidindo uma declaração de congressistas no fim do ano de 82, também constituiu o Grupo de Oficiais Generais imediatamente abaixo dele, no órgão consultivo. Era o Legislativo de S. Ex.^a, o General Pinochet acabou com todos os partidos até que teve, agora, de fazer a redemocratização do país. Lembro-me bem que S. Ex.^a, discutindo com o Deputado Bonifácio de Andrada, que é constitucionalista, e falando sobre a Constituição do Chile, S. Ex.^a disse: — "Os Srs. têm a mania de dizer que todo Poder emana do povo; sustento que todo poder emana de Deus". E eu pensei imediatamente: e Maromê é o seu profeta. Então, estamos diante do profeta de Deus.

Acho que o fim do Congresso, a eliminação do Congresso, não que com isso esteja defendendo os seus erros, as suas faltas, mas a inexistência do Congresso, para mim — repito o que disse antes na palestra des-

pretenciosa — é a inexistência da liberdade também.

A SRA. APRESENTADORA — O objetivo debatido é a Professora e Psicóloga Cristina; e o nono será o Professor Aldir.

A SRA. CRISTINA — Psicóloga Cristina, da Embratel, Rio de Janeiro.

Se V. Ex.^a me permite, vou fazer-lhe uma pergunta na qualidade de representante desta Casa, como pessoa individualmente.

O futuro de nossa Nação depende, em grande medida, da ação consciente, lúcida, íntegra e integrada de suas Lideranças, dentre as quais, as políticas em especial. Assim, como V. Ex.^a descreveria os esforços atuais do Congresso Nacional no sentido de se inserir nesse contexto que se exige?

Que perspectivas V. Ex.^a estimaria, também, para o Congresso que em breve se renovará?

Muito obrigada.

O SR. JÁRBAS PASSARINHO — Eu lhe agradeço a pergunta e imagino que, neste instante, a Sra. já tem o meu perfil psicológico, aproveitou para fazê-lo.

Provavelmente, eu lhe responderia que essa perspectiva não me dá uma alegria em relação ao que se pensa hoje, falar tanto no volume de substituições que haverá, de renovação no Congresso. Antes falou-se em 80%, 70%; agora já estão baixando.

Tenho a impressão de que, em primeiro lugar, é preciso que haja quadros, para usar uma linguagem de partidos de massa, que sejam capazes de manter essa integridade, essa consciência, essa lucidez, porque aqui o Deputado de primeiro mandato, de um modo geral, mais o Deputado do que o Senador, é aquele que chega e quer justificar sua presença de qualquer maneira. Então, é ávido de participar de debates, de apresentar projetos de toda natureza, a vezes, vai para uma propaganda e diz: "aqui, apresentei tantos projetos, 200 projetos". Nada significa isso, porque, com a apresentação de 200 projetos inviáveis, vai fazer apenas currículo.

Convivi, aqui, com grandes políticos como Amaral Peixoto, Tancredo Neves, Gustavo Capanema e desses três a que me refiro — agora não me lembro de projetos apresentados por eles —, em compensação, quando

se tratava de um momento solar ou sombrio da vida brasileira, eles apareciam. Eram os nomes que surgiam, atrás dos quais, fazia-se a aglutinação dos políticos mais novos.

Então, a perspectiva para mim, em primeiro lugar, é essa renovação; renovar pelo renovar, não sei se só isso satisfaria.

Entendo que a renovação deveria ser, sobretudo, para atingirmos um estágio um pouco mais elevado do que aquele que temos; não do ponto de vista de elite, como falamos no problema do Senador Agenor Maria, mas sim do ponto de vista de consciência política.

Espero que esse próximo Congresso, que vai ter responsabilidade extremamente séria, porque vai ser durante essa Legislatura que teremos o plebiscito de Setembro de 93, para ver se seremos monarquia ou república, se seremos sistema de governo parlamentarista ou presidencialista; vai ser o último ano de Governo do atual Presidente da República também, e vamos tomar decisões que podem ser até antecipadas; já acho rumores aí de uma tentativa de modificação, por emenda constitucional, para antecipar a revisão da Constituição; porque a Constituição foi feita num momento, assim, não diria igual ao da portuguesa, que foi logo depois de uma revolução violenta, mas aqui também houve presença que foi muito mais forte do que quantitativamente deveria ser das idéias de esquerda na Constituição.

Então, caminhamos perto de uma xenofobia. Nós, por exemplo, votamos uma matéria num determinado momento que significava apenas caracterizar, senão a estatização, pelo menos, um monopólio, e apenas a atividade brasileira na pesquisa e lavra dos minérios considerados estratégicos. Logo em seguida, apresentou-se isso abrangendo todos os minérios e todo o subsolo. E a pressão da esquerda foi de tal modo, como um mapa que não era verdadeiro, mas que foi levado como se fosse uma imensa bandeira, mostrando que as multinacionais estariam dominando completamente o subsolo brasileiro, que a plateia votou; a plateia era o Plenário e aprovou.

Hoje, nós não temos condições, inclusive, de gastar em pesquisa 1/10 do que a Austrália gasta; 1/12 do que gasta o Canadá. Estamos expulsando daqui o capital estrangeiro, que podia vir, não para dominar, mas para fazer joint-

venture conosco e acieerar um processo de dinamização da economia brasileira.

Então, é muito provável, que o perfil da nova legislatura seja um pouco mais conservador. Agora, nós temos que ter cuidado com essa expressão, porque conservador, na União Soviética, é quem se opõe a Gorbachev. Possível é que tenhamos possibilidades, talvez, de modificar o perfil do Congresso e, conseqüentemente, a Constituição.

A SRA. APRESENTADORA — O nono debatedor é o Professor Aldir, O seguinte e último será o Economista Roberto.

O SR. ALDIR — Senador, em nossos estudos da conjuntura nacional, deparamo-nos com considerável desequilíbrio de renda na população brasileira; desequilíbrio esse que se evidencia também entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Indagamos: o Supremo Tribunal Federal, através de seu Ministro Néri da Silveira, nos informou que haveria necessidade de diálogo entre os Poderes sobre o assunto. Um Parlamentar brasileiro tem renda superior a 100 salários mínimos, quando, nos países desenvolvidos, o rendimento do parlamentar não ultrapassa a 15 salários mínimos.

Pergunta: existe disposição, no Congresso, para o diálogo? Estão os Congressistas dispostos a praticar a justiça social, a partir do equilíbrio de sua renda com os demais brasileiros, em termos de salário mínimo?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu vou ser muito sincero com o Senhor. Oscar Wilde dizia que "um pouco de sinceridade é perigosa, e muita sinceridade é definitivamente fatal".

Eu vi o Senador Franco Montoro defender vários vezes, quando era Líder do Governo e ele na Oposição, esse princípio de que não poderia haver mais do que, entre o menor e o maior salário, uma diferença de 8 vezes. Quando ele foi Governador do Estado de São Paulo, ele não conseguiu fazer isso, em hipótese alguma. Talvez o problema esteja justamente na baixa remuneração do salário mínimo.

Agora, quando o senhor diz que parlamentares, de países desenvolvidos, ganham 15 salários mínimos, nós estivemos recentemente num debate sobre ecologia em Washington, presidido pelo Senador Nelson Carneiro. O Senador americano ganha, pra ele, 90 mil dóla-

res, mas tem mais 400 mil dólares para distribuição entre aqueles que o assessoram. Não me parece que sejam 15 salários mínimos, mesmo nos Estados Unidos. Se nós tivéssemos de viver com 15 salários mínimos, é evidente — vamos ser claros, rudes — uma coisa é o seu salário e outra coisa é o meu. O meu vive aqui na porta do meu gabinete diariamente, em passagens, pessoas que vêm, que se hospitalizam, que têm necessidade permanente de obter recursos que nós não podemos deixar de dar.

Então, o meu salário não é só para mim e a minha família. Eu sou bem pago; eu ganho 400 mil cruzeiros líquidos por mês, pagos pelo Senado Federal. Acho isso estúpido, porque, como Coronel do Exército, eu estou fazendo uma brilhante carreira ao reverso. Eu me aposentei como Coronel; estou ganhando como Capitão ou Major na reserva — se eu durar um pouco mais, chego a Sargento. Então, eu não posso comparar, evidentemente, esses tipos de salários.

O que há, no meu entender, é uma profunda desordem de remuneração no Brasil, profunda! Um Assessor do Senado ganha praticamente 400 mil, tive minha vida militar, fui instrutor de cadetes na Academia Militar; uma senhora, esposa de General-de-Brigada, que foi meu aluno me telefonou pedindo algo que era absolutamente correto em relação a uma lotação. Eu estranhei, porque ela me disse que ajudava a filha que era casada com um capitão e o capitão ganhava, líquido, 80 mil cruzeiros por mês. E como eu me espantei, ela disse: Vou ler para o senhor o contracheque do meu marido, General-de-Brigada. E, se a memória não me falha, não chegava a 180 mil.

Então, essa é outra posição. Quando eu fui Presidente e Diretor da Revista do Clube Militar, nós que tínhamos um escrúpulo enorme, na vida militar, de falar sobre salários, não me pude conter e escrevi um artigo em que eu mostrava que o chefe da portaria do Legislativo, portanto, o porteiro-chefe, ganhava mais do que um General-de-Brigada.

Um General de 4 estrelas me mostrou o contra cheque de um Delegado de Polícia Federal aposentado — era de 400 mil cruzeiros. Então, nós começamos a analisar isso. No Executivo, o pagamento é pífio, péssimo! Um Ministro de Estado, ao meu tempo, por exemplo, ganhava um mil e 200 cruzeiros — era o que eu percebia como Ministro do Presidente Costa e

Silva. E essa desordem me parece de tal ordem, que nem o Presidente Castello Branco foi capaz de resolvê-la, porque o motorista do Senado ganha mais que o motorista do Supremo ou motoristas dos Tribunais Superiores e todos, evidentemente, exercem o mesmo tipo de atividade. Agora, querer relacionar isso é base de 15 salários mínimos, que é o que V. S^a está propondo que recebamos patrioticamente, 90 mil cruzeiros por mês, para ser Senador da República ou Deputado, para ir às bases, para ir atender a tudo aquilo que nós trabalhamos, até com assistência social.... Então, acho que ganhamos muito, mas o salário mínimo é que é baixo.

Eu gostaria V. S^a não vai concordar comigo — e isso é a beleza da nossa Escola — eu lhe digo uma coisa e V. S^a só fica contido porque não pode replicar, não concordará comigo.

Agora mesmo, V. S^a falou numa figura exponencial da vida brasileira, que é o Ministro Neri da Silveira. E o Supremo está sendo altamente atacado porque aceitou um aumento de vencimentos que nós, no Congresso, não aceitamos — e com retroatividade. Será que é bom um diálogo nesse sentido também? Desculpe-me!

A SRA. APRESENTADORA — Décimo e último debatedor, o Economista Roberto, do Ministério da Economia.

O SR. ROBERTO — Sou do Ministério da Economia.

Por esta Casa já passaram pessoas que prometiam, mas que, em legislaturas subsequentes, em eleições subsequentes, não permaneceram. Então, nesse sentido, eu lhe pergunto: "O parlamentar, dito "moderno", não vive de um "mote", isto é, dadas as condições culturais do eleitorado e a influência da mídia na fixação de um conceito sobre o Parlamentar, que chamaria de um "mote", este conceito bem explorado não lhe garante a sobrevivência política?

O SR. JARBAS PASSARINHO — O Sr. chama de sobrevivência política, sucessivas reeleições? Acho que depende muito, inclusive, de determinadas conjunturas.

Hoje, não tenho dúvidas, por exemplo — estou falando aí para quem é eleitor no Rio de Janeiro, — que o Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Netto, será reeleito estrondosamente. Isso, na medida em que novos seqüestros sejam feitos e novas mortes ocorram,

pois ele defende a pena de morte.

Com isso, a última informação que tivemos aqui a de que o Ibope daria a ele, hoje, 500 mil votos no eleitorado fluminense. Então, mera circunstância.

De modo que, quando V. S.^a fala em "mote", tem inteira razão: depende daquele momento se este "mote", pela mídia explorado, obtiver muito bom resultado.

Isso caracteriza, provavelmente ainda, nossa incultura política, porque, quando li alguma coisa sobre sociologia política, aprendi que nós tínhamos 4 degraus: o primeiro degrau era da política de carisma, no sentido weberiano do termo; o segundo degrau é o clientelismo — então, nós temos 20 médicos no Congresso, que vêm com o clientelismo deles. Quantos advogados de presos políticos foram eleitos e depois não foram reeleitos, exatamente pela falta do mote?

Depois, passamos à pressão de grupos e, hoje, estão os grupos todos aí na área: CNBB, OAB, CNI, etc. — todos eles são grupos de pressão — para, finalmente, chegarmos ao ideal, que seria votar pelo processo doutrinário ou ideológico.

Aí, daria razão a um dos srs. estagiários quando fez a pergunta se podia uma ação dos eleitores derrubar ou cassar o mandato de um Deputado. Aí, sim, porque seria votação apenas pelo processo ideológico ou doutrinário.

A SRA. APRESENTADORA. — Uma vez atendidos todos os debatedores, damos por encerrados os debates e chamo o Advogado Adaúto.

O SR. JARBAS PASSARINHO. — Gostaria — se o Tenente-Brigadeiro me permite — de completar apenas uma resposta ao Professor Aldir, dizendo que eu não seria contrário ao diálogo. Acho que, realmente, se impunha que nós tivéssemos uma política de remuneração homogênea entre os três Poderes; nesse ponto, sou inteiramente a favor.

O SR. ADAUTO — Exm.^a Sr. Senador Jarbas Passarinho, o Congresso Nacional, desde a sua origem, tem sido palco das maiores decisões da nossa Nação, é verdade que com algumas interrupções que nos leva, inclusive, a pensar que "ruim com ele, pior sem ele".

De uma forma moderna, hoje, ele funciona não só como Po-

der legislador, mas também, como fiscalizador, havendo inclusive quem defenda que ele deva ser, cada vez mais, fiscalizador e menos legislador.

Dentro deste quadro, vemos o Senado Federal, felizmente para nós, como o Poder moderador, o Poder estabilizador dentro do próprio Poder Legislativo. Claro que isso somente é possível graças à presença, do Senado Federal, de homens da envergadura de V. Ex.^a, que, com a sua vigilância diuturna, a sua experiência de Governador de Estado, de Ministro de Estado, da sua liderança política e, principalmente, o seu traquejo parlamentar, nos traz essa segurança.

Senador Jarbas Passarinho, tenho hoje o privilégio, em nome do Tenente-Brigadeiro do Ar Pedro Ivo Seixas, Comandante da Escola Superior de Guerra, do corpo permanente, do corpo administrativo e dos estagiários da Turma de 1990, Turma Força Expedicionária Brasileira, o prazer de saudá-lo. E, ainda mais, a honra de, em nome da Escola Superior de Guerra, que há 41 anos, todos os dias e a toda hora, através dos seus clamores, vem pesquisando com o objetivo de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento da nossa segurança e, principalmente, da nossa justiça social.

Tenho o prazer de entregar-lhe esta placa, como lembrança e homenagem da passagem da nossa Escola por esta Casa.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

A SRA. APRESENTADA. — Estou encerrados os trabalhos desta tarde, neste auditório.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa). — O requerimento de V. Ex.^a será devida e regimentalmente adotado, e está certa a Presidência de que é tão substancial e brilhante quanto o discurso que acaba de proferir de improviso.

Com a palavra o nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem pousar os olhos, hoje, sobre os jornais terá muitas razões para a intranquilidade com relação às notícias que nos vêm dos Estados Unidos, dos encontros da nossa Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e do Embaixador Jório Dauster, a respeito do início dos conta-

tos com relação à negociação da dívida externa.

Creio que poucas questões, hoje, são aceitas por todos os Partidos como as proposições anunciadas pelo Governo brasileiro como base para negociação da dívida externa. Primeiro, a questão de que o Brasil precisa retomar o seu desenvolvimento e iremos pagar na medida em que esteja assegurado esse desenvolvimento, e não primeiro pagar para depois saber se é possível crescer. Segundo, manter o nível de reservas com razoável segurança, o que impede, hoje, qualquer tipo de pagamento antes do acordo feito com diferentes bancos internacionais.

Ocorre que as notícias mostram uma violentíssima pressão de todos os bancos para que o Brasil inicie imediatamente o pagamento dos juros da dívida externa. A manifestação desses banqueiros vem acompanhada, em paralelo, com o discurso do Sr. Michel Camdessus, do Fundo Monetário Internacional, mostrando que a atual crise do Golfo Pérsico irá agravar a situação de todos os países, principalmente dos países pobres. E, entre os países pobres, aqueles países pobres que são importadores de petróleo. Quer dizer, antes da crise do Golfo Pérsico já tínhamos uma situação difícil; agora vivemos uma ameaça maior. No entanto, a ameaça maior mesmo é aquela que fazem os banqueiros, pressionando o Governo brasileiro para iniciar os pagamentos.

Lembro-me, ao tempo em que o Presidente José Sarney declarou a moratória unilateral, que, posteriormente, ele se lamentava de que não teve nenhum apoio da opinião pública brasileira, dos partidos políticos, o que deixava o Governo enfraquecido.

Hoje temos o Governo sendo pressionado lá fora, e não assistimos a nenhuma manifestação da sociedade brasileira em defesa da correta posição do Governo brasileiro na negociação da dívida. É um governo que está sendo sitiado, pois os banqueiros internacionais parecem um bando de extorsionários, fazendo pressão.

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que cabe a esta Casa, ao Senado, e, além disso, à capacidade de mobilização da opinião pública, defender uma correta posição do Governo brasileiro na negociação da dívida externa, no momento em que sofre pressões dessa natureza. Está marcada uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para o dia

10, às 10 horas, e creio que essa será uma oportunidade importante para a manifestação do Senado e, em seguida, a votação, no Plenário, de questões que, na verdade, são as mesmas que coloca o Congresso, que coloca o Governo brasileiro e a Ministra da Economia; quer dizer, temos uma questão fundamental — a defesa do interesse nacional.

Então, Sr. Presidente, esta minha breve manifestação é para chamar a atenção sobre esta questão, que representa um perigo iminente, e, de outro lado, para externar que sentimos certa apatia nacional diante de uma ameaça tão grande.

Eu terminaria lembrando D. Miguel Cervantes, que dizia:

"La Mayor locura que puede hacer un hombre es dejar se morir sin mas ni mas, sin que nadie lo mate, ni otras manos lo acaben, que las de la melancolia."

(Muito bem! Palmas.)

COMPARECE MAIS O SR. SENADOR:

Severo Gomes

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Da sessão de hoje, nos termos do dispositivo do art. 174, foi dispensado o período destinado à Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, ficando, igualmente, dispensado o período destinado à Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

ATA DA 117ª SESSÃO, REALIZADA EM 23-8-90

(Publicada no DCN —
Seção II — de 24-8-90)

RETIFICAÇÃO

No requerimento nº 309, de 1990, à página nº 4601, 2ª coluna, na sua numeração,

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 39, DE 1990

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 309, DE 1990

PORTARIA Nº 20, DE 1990
DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de sua competência regulamentar e de acordo com o disposto no Ato do Primeiro Secretário nº 11, de 1988, resolve

Art. 1ª Os períodos de gozo de férias são os constantes das alíneas a e b, do art. 12 do Ato do Primeiro Secretário nº 11, de 1988, não se admitindo, em qualquer hipótese, a sua antecipação.

Art. 2ª O servidor que tiver férias acumuladas somente poderá gozá-las, fora dos períodos previstos no art. 12 desta Portaria, nos seguintes casos:

a) se não as gozou no período regulamentar por absoluta necessidade do serviço, conforme justificação apresentada, na oportunidade, pelo titular do órgão de sua lotação;

b) se não houver impedimento para o gozo, fora do período regulamentar, atestado pelo titular do órgão de lotação, mesmo que tenha acumulado as férias por absoluta necessidade do serviço, na forma da alínea a do art. 2ª desta Portaria.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de setembro de 1990. — Antonio Carlos Montes de Oliveira, Diretor-Geral, em exercício.

SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ORDEN DE SERVIÇO Nº 1, DE 1990

A partir desta data, passa a vigorar a seguinte Ordem de Serviço:

I — Procedimentos Eletivos:

— Perícia pela SSAMS, prévia e posterior.

II — Urgências

a) em caso de internação, a SSAMS deverá ser comunicada no prazo máximo de 6 (seis) horas.

1ª Dias úteis: Diretamente à Chefia médica (311-3622).

2ª À noite, fins de semana e feriados: Médico de plantão (311-3598/224-2803).

Na comunicação deverá constar:

a) previsão de permanência do paciente no hospital;

b) o destino provável do paciente no mesmo (ex.: UTI, Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, etc.).

A Perícia Médica da SSAMS se encarregará de avaliar, até o primeiro dia útil subsequente à autorização de internação, a urgência do caso, e estipulará o tempo provável de sua permanência no hospital. — Getro Artiaga Lima e Silva, Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social.